



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE SAÚDE I  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA EM REDE NACIONAL –  
PROEF

ARILSON BISPO DA ANUNCIAÇÃO

**FUTEBOL, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PLANEJAMENTO  
PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS FINAIS DO  
ENSINO FUNDAMENTAL, DA REDE MUNICIPAL DE  
CAMAÇARI/BA**

JEQUIÉ/BA  
2025

**Mestrado Profissional em  
Educação Física em Rede Nacional (PROEF)**



ARILSON BISPO DA ANUNCIAÇÃO

**FUTEBOL, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PLANEJAMENTO  
PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS FINAIS DO  
ENSINO FUNDAMENTAL, DA REDE MUNICIPAL DE  
CAMAÇARI/BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional-ProEF da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Física.

Área de Concentração: Educação Física Escolar.

Orientador: Professor Dr. César Pimentel Figueirêdo Primo

JEQUIÉ/BA  
2025



A636 Anunciação, Arilson Bispo da.

Futebol, relações étnico-raciais e planejamento pedagógico na educação física nos anos finais do ensino fundamental, da rede municipal de Camaçari/BA / Arilson Bispo da Anunciação; orientador César Pimentel Figueirêdo Primo. – Jequié,BA, 2025.  
120p.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2025.

1.Educação Física. 2. Futebol - Aspectos sociais - Brasil.3. Educação. 4. Discriminação nos esportes.5. Racismo. I. Figueirêdo Primo, César Pimentel. II. Título.

CDD 796.3340981

A minha esposa Susiane Carina, companheira de toda uma vida. Obrigado pelo apoio incondicional e por sua luz. Por ser luz, fonte inesgotável que me inspira a ser uma melhor versão de mim mesmo. Amo-te!

## AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui não seria possível sem o apoio, a confiança e o carinho de muitas pessoas. Cada etapa desta caminhada foi construída com contribuições e gestos que, de formas diversas, foram fundamentais para que eu pudesse transformar sonho em realidade. Então, resumidamente, marco alguns, neste instante, mas todos estão em minha memória, meu coração e minha história.

Aos meus pais, Aurino (em saudades) e Biana, fontes permanentes de minha inspiração, força e superação. Se hoje sou capaz de trilhar este caminho, de enfrentar os desafios e celebrar cada conquista, é porque, desde o início, foram vocês a luz e a força que me orientaram. Minha querida mainha que na flor de seus 83 aninhos, sempre oferece uma palavra, um gesto, um afago, um denço para o seu eterno menino. Gratidão eterna.

As minhas irmãs, Márcia, Marineide, Adriana e Nise, agradeço pelo incentivo, confiança e pela generosidade de acreditarem que essa jornada era possível.

A minha companheira Susiane, expresso a minha profunda gratidão. Sua presença ao meu lado, suas palavras de incentivo, os gestos silenciosos de compreensão e apoio foram fundamentais em toda essa trajetória. Como bem diz a filosofia do Ubuntu, "eu sou porque nós somos". E eu sou, na totalidade, porque tenho você ao meu lado.

Safira e Miguel, meus maiores tesouros, expressão do verdadeiro amor alegria e pureza. Como disse Mário Quintana, "o que é eterno é a presença daqueles que amamos", e a presença de vocês, meus filhos, é a manifestação mais sublime da minha existência.

Aos colegas da primeira turma do Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (PROEF), da UESB/Jequié, meu respeito. Fomos desbravadores de caminhos desconhecidos, enfrentando desafios e celebrando conquistas, desde o início, éramos conscientes de que essa jornada não seria fácil, mas juntos construímos uma rede de apoio, aprendizado e companheirismo que fez toda a diferença.

Aos "canalhas", Aloísio, Everaldo e José Roberto, amigos que o mestrado me deu e que levo, orgulhosamente, para toda minha vida.

Ao meu estimado orientador, César Pimentel, que me guiou nos caminhos da pesquisa com respeito, paciência, sabedoria e incrível leveza. Seus conhecimentos, críticas e incentivos foram fundamentais nos momentos mais delicados. Foi um presente ter tido um ser humano, vascaíno, tão grandioso e parceiro nesse processo. Minha gratidão e meu respeito, sempre.

A minha banca, Profa. Dra. Ana Angélica, Prof. Dr. Gondim e Prof. Dr. Antônio Carlos, que aceitaram de prontidão o convite de analisar este texto, são pessoas que admiro e estimo muito.

À Capes, pois o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

**Até quando**

Até quando

Assistiremos ao genocídio de jovens negros.

“deitados eternamente em berço esplêndido”?

Até quando

Nossos sonhos serão aniquilados

Com o abraço da violência

E do racismo estrutural

Institucionalizado neste país?

Parafrazeando Elza Soares,

Até quando

“A carne negra será a carne mais barata do mercado?

Até quando

Eles vão abordar a juventude negra

Entregando-lhe sentença de morte,

Destruindo nossas famílias?

Até quando

Derramarão o nosso sangue em projetos “civilizatórios”

Considerando-nos seres sem alma,

Sem intelecto e em sonhos?

Até quando

Seremos um pedaço de carne a ser abatida

Sem se perguntarem se existe uma família,

Um nome e um sobrenome?

Até quando

Que cidadania é essa?

Eu choro

Com todas as mães,  
Eu choro com todas as famílias,  
Choro com Marcos Vinicius,  
João Pedro e Rafael,  
Com Dandaras, Marias,  
Mirtes e Marielles.  
Cada vez que elegemos genocidas,  
Seguramos a arma que abate  
Nosso povo negro e indígena.  
Pobres e vulneráveis,  
O crime no Brasil tem cor,  
Etnia e classe social.  
Até quando?  
(Moura, 2022, p. 42-43).

ANUNCIAÇÃO, Arilson Bispo da. **Futebol, Relações Étnico-Raciais e planejamento pedagógico na educação física nos anos finais do ensino fundamental, da rede municipal de Camaçari/Ba.** 2024. Orientador: Cesar Pimentel Figueiredo Primo. 120f. il. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Física) – PROEF, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2024.

## RESUMO

Inserida no Mestrado Profissional Educação Física em Rede-ProEF, a presente pesquisa tem como tema Futebol e relações étnico-raciais no planejamento da disciplina Educação Física nos Anos Finais do Ensino Fundamental, na rede municipal de Camaçari/BA. Entendendo o futebol como um fenômeno cultural que se consolidou no imaginário social e tem grande influência na vida dos brasileiros, ocupando um importante lugar nas relações sociais, o presente trabalho tem como objetivo central analisar como o planejamento docente concebe o conteúdo Futebol e as questões étnico-raciais nas aulas de Educação Física, nos anos finais do ensino fundamental da rede municipal de Camaçari/BA. Para tanto, no âmbito metodológico da produção dos dados, delinea-se como uma pesquisa de caráter documental, buscando analisar os planos da disciplina de Educação Física em diálogo com a literatura pertinente, no contexto mencionado. Como principais achados do estudo encontramos que o trato do futebol como conteúdo da Educação Física é escasso, o futsal tem maior predominância. Quanto o futebol e as relações étnico-raciais, o trato é ainda mais incipiente. A aplicação da Lei 10.639/03, que aprofundaria as questões raciais, se restringe ao trato da dança afrobrasileira, da capoeira e das comemorações do Dia da Consciência Negra. Isso nos aponta que ainda há muito caminho a ser percorrido para que de fato possamos construir uma educação antirracista efetivamente.

Palavras-chave: Futebol; Relações Étnico-raciais; Educação Física.

ANUNCIAÇÃO, Arilson Bispo da. **Football, Ethnic-Racial Relations and pedagogical planning in physical education in the final years of elementary school, in the municipal network of Camaçari/Ba.** 2024. Advisor: Cesar Pimentel Figueiredo Primo. 120f. il. Dissertation (Professional Master's Degree in Physical Education) - PROEF, State University of Southwest Bahia, Jequié, 2024.

### **ABSTRACT**

As part of the Professional Master's Degree in Physical Education in Network - ProEF, this research has as its theme Football and ethnic-racial relations in the planning of the Physical Education subject in the Final Years of Elementary School, in the municipal network of Camaçari/BA. Understanding football as a cultural phenomenon that has consolidated itself in the social imagination and has a great influence on the lives of Brazilians, occupying an important place in social relations, this work has as its main objective to analyze how the teaching planning conceives the content Football and ethnic-racial issues in Physical Education classes, in the final years of elementary school in the municipal network of Camaçari/BA. To this end, in the methodological scope of data production, it is outlined as a documentary research, seeking to analyze the plans of the Physical Education subject in dialogue with the pertinent literature, in the aforementioned context. As main findings of the study we found that the treatment of football as a Physical Education content is scarce, futsal has greater predominance. As for football and ethnic-racial relations, the treatment is even more incipient. The application of Law 10.639/03, which would delve deeper into racial issues, is limited to dealing with Afro-Brazilian dance, capoeira and the celebrations of Black Consciousness Day. This shows us that there is still a long way to go before we can effectively build an anti-racist education.

Keywords: Football; intersectionality; Physical education

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 PERCURSO INVESTIGATIVO E METODOLOGIA</b> .....	29
2.1 PERCURSOS INVESTIGATIVOS: UNIVERSO DA PESQUISA E ASPECTOS INICIAIS	29
2.2 ANÁLISE DE DADOS: A ANÁLISE DOCUMENTAL .....	34
<b>3 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA</b> .....	39
<b>4 O FUTEBOL COMO FENÔMENO SOCIOCULTURAL MULTIFACETADO</b> .....	52
4.1 O ESPORTE FUTEBOL NO PROCESSO HISTÓRICO.....	52
4.2 ESCOLA, FUTEBOL E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR BRASILEIRA.....	55
4.3 O FUTEBOL E A EDUCAÇÃO FÍSICA: DRIBLANDO OU PASSANDO PRECONCEITOS	59
<b>5 FUTEBOL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS PLANEJAMENTOS DE PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO FÍSICA</b> .....	64
5.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO.....	64
5.2 ABRANGÊNCIA E DELINEAMENTO DO ESTUDO .....	65
5.3 ANÁLISE INDIVIDUAL DAS UNIDADES ESCOLARES.....	67
5.3.1 - “BARBOSA” .....	68
5.3.2 - “ROGER MACHADO” .....	70
5.3.3 - “DILMA MENDES” .....	71
5.3.4 - “GRAFITE” .....	72
5.3.5 - “TINGA” .....	73
5.3.6 - “INEILDES CALHEIRO” .....	74
5.3.7 - “FORMIGA” .....	75
5.3.8 - “PRETINHA” .....	75
5.3.9 - “SISSI” .....	76
5.3.10 - “MARTA” .....	77
5.3.11 - “MARCIO CHAGAS” .....	78
5.3.12 - “ARANHA” .....	79
5.3.13 - “RICHARLYSSON” .....	81
5.3.14 - “TAISON” .....	82
5.3.15 - “VINÍCIUS JUNIOR” .....	83
<b>RESULTADO DA PARTIDA</b> .....	91
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	94
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	99

## INTRODUÇÃO

Só o futebol permite que você sinta aos 60 anos exatamente o que sentia aos 6. Todas as outras paixões infantis ou ficam sérias ou desaparecem, mas não há uma maneira adulta de ser apaixonado por futebol (Veríssimo, 2011, p. 144).

A cultura é uma criação eminentemente humana, portanto o ser humano, desde suas origens, é um ser cultural. A cultura é um elemento fundamental que o constitui e o diferencia dos outros seres vivos, ao passo que substancia a sua própria concepção de humanização. Esta humanização se constrói à medida que se relaciona com os outros em coletividade, delineando assim uma ideia de sociedade. Ou seja, é fundamental a compreensão de que a socialização faz parte da natureza humana e da conjuntura social.

A história da humanidade é uma história do percurso cultural do ser humano, na medida em que toda caminhada se deu num contexto de produção e reprodução de conhecimentos (PCN, 1998). Em razão disso, ela também é social visto que não existem manifestações culturais isoladas. Um indivíduo pode produzir individualmente, mas esta produção passa a ter significado pelo e para o grupo quando passa a ser uma produção significativa para estes (Mello, 1982), sendo entendido, simultaneamente, como produto da sociedade e como processo dinâmico que vai constituindo e transformando a coletividade à qual os indivíduos pertencem, antecedendo-os e transcendendo-os (Brasil, 1998). Para Daolio (2006, p. 33) “a cultura é criada, recriada e transformada pelas pessoas nela inseridas”.

Neste sentido, a cultura pode ser compreendida como uma produção coletiva e histórica de uma determinada sociedade a qual lhe confere sentido, que transforma e é transformada, pois tem na transitoriedade um elemento fundamental, não sendo algo pronto, acabado e estático, pelo contrário é dinâmico, modificável e vivo. A cultura pode então ser compreendida como produto da própria existência humana a partir do caráter indissolúvel que é a sociabilidade.

Partindo desta lógica, podemos citar diversos contextos e práticas que compõem a cultura em seu aspecto de sociabilidade, como as festas, cultos religiosos, práticas

corporais, espaços educativos formais, enfim, há um universo de possibilidades para construção, manutenção e/ou superação das diversas culturas nos diferentes contextos. Desta forma, destacamos aqui o futebol como uma destas práticas, nos referindo aqui ao contexto do Brasil.

É amplamente difundida a ideia do futebol como símbolo e paixão nacional. O futebol é um esporte que se tornou apaixonante – ao menos para uma parcela significativa da população –, que se consolidou no imaginário social, tendo grande influência, direta ou indiretamente, na vida de boa parte dos brasileiros. Este envolvimento, em grande medida, tem início nos primeiros anos de vida, ainda na infância, uma vez que é habitual, notadamente ao gênero masculino, a aproximação com elementos desse esporte desde os primeiros anos de vida, com presentes, decorações ou mesmo quando são levados a praticarem o futebol nas chamadas escolinhas, nas aulas formais, nos momentos de lazer.

Ao projetar este estudo, com uma temática já argumentada como significativa para a população, não posso deixar de fora a minha vivência. Assim, minha trajetória no universo do futebol tem íntima conexão com a minha infância. Antes de tudo sou um entusiasta deste esporte que considero emblemático, belo, apaixonante, controverso e arrisco a dizer, universal. Nesta mesma perspectiva, Porto e Máximo (1968), *apud* Scaglia (2003, p. 6), afirmam que “o futebol é a paixão que nasce no berço, se desenvolve na infância, aumenta na adolescência, amadurece-se no jovem e não o abandona mais, até o fim da vida”.

Refletindo como um processo que foi sendo construído em minha vida, remeto-me inicialmente e inevitavelmente a figura do meu saudoso pai, Aurino Ferreira da Anunciação, que sempre foi meu ídolo e decisivo, de forma inconsciente, para aquilo que o futebol fez na minha vida enquanto torcedor, atleta, árbitro de futebol, professor, dirigente de classe e radialista esportivo. Tudo começou aos 2 anos de idade, quando tive a primeira experiência com o futebol, levado pelo meu pai ao estádio da Fonte Nova para assistir um jogo do Bahia, time do seu coração. Este foi o meu, digamos assim, rito de passagem, minha introdução, para este mundo da bola e que até hoje se faz presente na minha vida.

Ganhar bolas de futebol como presente; ouvir partidas de futebol pelo radinho de pilha (jogos na TV eram raros); pegar o baba<sup>1</sup> com os amigos na rua e na escola; tudo isso fazia parte desse mundo maravilhoso da primeira infância. Com o passar do tempo o futebol foi ficando mais presente e constante na minha vida, foi quando comecei a participar em times de futebol no bairro onde morava, em pequenas competições em associação de moradores na periferia de Salvador. Posteriormente, em nível estadual, disputei campeonatos baiano de futebol e futsal sub 13, sub 15 e sub 17, além, é claro, de inúmeras competições escolares, como as Olimpíadas Baiana da Primavera. Nesse período, meu lazer era jogar futebol sozinho ou acompanhado (seu Aurino, meu pai, era presença sempre garantida), da forma que fosse possível: golzinho, cabeceio, gol a gol, pontinho, salão, cruzou e outras formas conhecidas que pudessem me fazer vivenciar o jogo e o esporte.

Mais a frente no tempo, ingressei na Universidade Católica do Salvador para cursar licenciatura plena em Educação Física e, ainda nessa época, fui apresentado, através de um colega de curso, à arbitragem de futebol. Permaneci na arbitragem por 20 anos, atuando em mais de 800 partidas de futebol disputadas por todo país, literalmente. Atuei como árbitro central em todos os vinte e seis estados e no Distrito Federal. Representei em campo a Federação Bahiana de Futebol (FBF), a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), alcançando o status de Árbitro Aspirante da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA).

Concomitantemente, a essa trajetória no universo do futebol, destaco a minha carreira docente iniciada em 2002. Sou professor concursado dos municípios de Camaçari e Salvador, para o componente curricular Educação Física e, nesse período, de mais de 20 anos de atuação na educação básica, a temática do futebol ocupou espaços distintos, oscilando com maior ou menor ênfase em relação à proposta pedagógica, em virtude das perspectivas das instituições de ensino e também da própria experiência, competências e conhecimentos que foram adquiridas, transformadas e modificadas com o exercício da docência.

Todo esse envolvimento, em diferentes formas, segmentos e objetivos com o futebol e seus aspectos socioculturais colocaram-me num lugar dotado de certa

---

<sup>1</sup> Baba, na Bahia, é a maneira que culturalmente uma partida de futebol ou outros esportes de rua, que use bola, entre amigos são chamados.

distinção no contexto deste tema. É fundamental demarcar que toda minha relação como o futebol, nos mais diferentes momentos de vida pessoal e profissional, foi calcada por diversos marcadores sociais, como o fato de ser homem, autodeclarado negro, heterossexual, oriundo da periferia, de classe social baixa, de ter estudado em escola pública, entre outros aspectos. Estas características moldam como o indivíduo vê o mundo e é visto por ele. Logo, é deste lugar que abordo o futebol e o trato como objeto deste estudo.

Neste sentido, dialogamos com Djamila Ribeiro (2019), afirmando que alguns grupos sociais têm sido historicamente marginalizados, oprimidos ou tiveram suas vozes silenciadas. A autora argumenta que estes grupos acabam por ter uma compreensão mais profunda das questões que afetam suas vidas e, portanto, devem ter um lugar central nestes debates. Este processo é o que Ribeiro (2019) denomina de Lugar de Fala, ou seja, romper com o regime de autorização discursiva. Ainda, Lugar de Fala refere-se à ideia de que cada indivíduo possui uma perspectiva única baseada em suas experiências pessoais, históricas e seu contexto social. Desta forma, a posição social que ocupamos influencia profundamente a maneira como enxergamos o mundo (Ribeiro, 2019).

O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. [...] Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva (Ribeiro, 2019, p. 69).

Desse modo, Lugar de Fala não é um dado proibitivo do discurso e sim, um dado analítico. De onde vem o discurso? Todo mundo que fala, fala de um lugar. Esta fala vem de qual lugar, quem a produziu? Fato muito relevante é compreender que o lugar de fala não está creditado somente para quem viveu ou vive determinada experiência individual e sim para a junção de experiência, notadamente, de grupo e o conhecimento crítico reflexivo com objetividade que produz ciência.

Ainda, Ribeiro (2019, p. 85) de forma assertiva, destaca:

[...] entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de locus social consigam enxergar as hierárquicas produzidas a partir desse lugar, e como esse lugar impacta diretamente a construção dos lugares de grupos subalternizados.

Uma das questões fundamentais de nosso tempo é como, historicamente, as culturas têm influenciado de forma poderosa na estruturação étnico-racial, impondo e definindo os seus papéis sociais. Notadamente, estes papéis são marcados pela formação de estereótipos, preconceitos, hierarquias e poder. As culturas dominantes, colonialistas e capitalistas, impõem suas normas, valores e crenças sob outros grupos, exercendo controle e reforçando desigualdades, gerando assim, marginalização, opressão, conflitos e frustrações profundas às minorias étnicas e raciais.

Em todo o contexto apresentado, percebemos, então, que este processo de exclusão não corrobora com os preceitos legais estabelecidos que apresentam, estabelecem e afirmam a escola como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, que deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades (BNCC, 2015). Queremos apontar que a escola é um espaço fundamental de formação geral dos indivíduos e, como tal, pode contribuir para a manutenção ou subversão de valores construídos cultural e socialmente. Nesta conjuntura, apontamos a relevância da disciplina de Educação Física na construção destes processos.

Assim sendo, compreender como a Educação Física no seu fazer pedagógico diário nas escolas, através dos seus diversos conteúdos, tem estimulado discussões, debates, reflexões e ações significativas, em relação aos marcadores sociais de opressão, notadamente a discriminação e o preconceito em suas mais variáveis formas de manifestação, é mais do que fundamental, é urgente. Não obstante Betti (1992, p. 75) sinaliza que:

Num processo de longo prazo, a Educação Física deve levar o aluno a descobrir motivos e sentidos nas práticas corporais, favorecer o desenvolvimento de atitudes positivas para com elas, levar à aprendizagem

de comportamentos adequados à sua prática, levar ao conhecimento, compreensão e análise de seu intelecto os dados científicos e filosóficos relacionados à cultura corporal de movimento, dirigir sua vontade e sua emoção para a prática e a apreciação do corpo em movimento.

Assim, entendemos que a Educação Física, juntamente com os demais componentes curriculares, contribui para que o aluno conquiste e exerça a cidadania plena, através da ação-reflexão dos conhecimentos da cultura corporal de movimento (Darido; Souza Júnior, 2010). A Educação Física, enquanto componente curricular da educação básica, integra o bojo educacional, logo deve ter consciência do seu papel social para formação crítica dos indivíduos através dos conteúdos que compõem o seu trato pedagógico, dentre eles, o futebol.

O ser humano é o produto de uma determinada cultura e, ao mesmo tempo, produtor de cultura. Diante disso, a Educação Física é entendida como uma disciplina que trata de um tipo de conhecimento denominado de Cultura Corporal de Movimento (Betti; Zuliani, 2002). Conforme o principal documento orientador da área, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), este componente curricular possui, atualmente, seis elementos denominados unidades temáticas: brincadeiras e jogos, esporte, ginásticas, danças, lutas e as práticas corporais de aventura (BNCC, 2015). Cada uma das práticas corporais que compõem as unidades temáticas é sugerida pela BNCC como possibilidades a serem abordadas pela Educação Física escolar ao longo do percurso de toda a Educação Básica.

Neste sentido, como prática cultural, o esporte ocupa um importante lugar nas relações sociais. Assim, é que a história do esporte, no Brasil, evidencia a sua origem aristocrática, mas também um movimento de popularização crescente de algumas de suas manifestações, sendo o maior exemplo o futebol (Vago, 1996). “Cada povo escolhe seu esporte e o transforma em paixão nacional: beisebol nos Estados Unidos, hóquei no Canadá, futebol no Brasil” (Freire, 2011 p. 27). O futebol é sem sombra de dúvidas o esporte mais popular do nosso país.

Os dados que subsidiam esta afirmativa foram produzidos através da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), realizada em todo país no ano de 2015 e publicada em 2017, que teve como objeto identificar o nível de prática de esportes e de atividade física presente na população brasileira. Diante disso, o

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) destaca, para melhor compreensão deste fenômeno, o seguinte:

Em 2015, 38,8 milhões de pessoas de 15 anos ou mais praticaram algum esporte no período de referência e 123 milhões de pessoas não praticaram, sendo que 91,3 milhões de pessoas nunca praticaram esportes na vida. [...] O futebol foi a modalidade esportiva mais praticada no Brasil, com 15,3 milhões de pessoas ou 39,3% dos 38,8 milhões de praticantes de esportes. Em segundo lugar, veio a caminhada (9,5 milhões de pessoas ou 24,6%), seguida pelo esporte fitness (3,5 milhões de pessoas ou 9,0%).

Como já sinalizamos até aqui, o futebol tem destaque especial na sociedade brasileira. Por ser o esporte mais praticado e reverenciado no Brasil, como apontam os dados do IBGE (2017), onde os mais jovens representam 65% do total daqueles que efetivamente praticam esta modalidade esportiva em nosso país. Por toda esta representatividade e relevância no meio sociocultural, este esporte oferece uma oportunidade privilegiada para compreendermos as inúmeras formas de preconceitos e discriminações que historicamente estão presentes e enraizados na sociedade. Particularmente na escola, podemos perceber, quando nos atentamos, as formas de manutenção dessas questões mencionadas. A escola pode ser compreendida como uma espécie de caixa de ressonância das experiências vividas e construídas nos outros ambientes sociais. Ela é, ao mesmo tempo, produtora e reprodutora do contexto cultural no qual está inserida. E nesta cena, o futebol, como conteúdo da Educação Física, compõe tais construções, por isso nosso interesse em investigá-lo nesta perspectiva.

Diante deste amplo e diverso cenário que se apresenta na sociedade contemporânea, podemos inferir uma dada interação e sobreposição de vários marcadores sociais de opressão no ambiente escolar, como bullying, homofobia, racismo e outros. Estes marcadores sociais e suas ações partilhadas, direta ou indiretamente, é o que se denomina de interseccionalidade. A noção de interseccionalidade, originária do debate inaugurado pela feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177), enfatiza que:

[...] é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Outrossim, o conceito elaborado inicialmente sobre a interseccionalidade tinha como referência os pressupostos teóricos desenvolvidos sobre gênero e raça. Com o passar do tempo, outras áreas do conhecimento se interessaram pelo tema, fato notadamente explicitado por Assis (2019, p. 25), vejamos:

[...] de início, a teoria interseccional focou nos conceitos de gênero e raça, a cada dia são ampliadas as análises que levam em conta outros marcadores sociais da diferença, tais como sexualidade, identidade de gênero, geração e tantos outros. [...] o termo interseccionalidade tornou-se indispensável nos discursos para pensar o lugar das mulheres negras na sociedade. Originalmente, assim como no campo teórico, os marcadores de gênero e raça tiveram predominância na tônica da discussão, contudo, nota-se uma significativa ampliação de análises que considerem outras intersecções.

É imperioso trazer para este debate as contribuições valiosas de outras intelectuais sobre a interseccionalidade, como Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, que apresentam no livro, *Interseccionalidade*, uma descrição dos elementos que envolvem este tema. Desse modo, devemos examinar com a máxima atenção que:

[...] em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social (Collins; Bilge, 2021)

Portanto, pode-se compreender que a Interseccionalidade é evidenciada quando diversos marcadores sociais de opressão (raça, classe, geração, identidade de gênero, sexualidade e etc.) se inter cruzam e se potencializam em um único indivíduo. Devemos compreender a interseccionalidade como um “aporte teórico metodológico para se pensar múltiplas exclusões e como de fato construir estratégias para o enfrentamento desse paradigma” (Assis, 2019, p. 21).

Verificamos a profunda sofisticação que é trazida à superfície do debate sobre as questões que afligem, em níveis elevadíssimos, as mulheres e, em maior grau, as mulheres negras a partir da compreensão sobre a interseccionalidade. Na escola, a interseccionalidade se manifesta de diversas formas. Alunos de diferentes gêneros, raças, classes sociais, orientações sexuais, religiões, habilidades físicas e cognitivas que frequentam o mesmo ambiente escolar e vivenciam suas experiências de maneiras complexas e díspares.

Cada um dos marcadores sociais de opressão (Crenshaw, 2002) emerge na escola de diferentes modos, como por exemplo: certos grupos de alunos podem enfrentar mais barreiras que outros para acessar recursos e oportunidades educacionais, dependendo de suas identidades; alunos que pertencem a minorias étnicas ou raciais podem enfrentar preconceito de colegas e professores; alunos LGBTQIA+ podem enfrentar bullying ou exclusão social; alunos com deficiências podem precisar de condições específicas para acessar plenamente o currículo e, são historicamente negligenciados; alunos de classes sociais mais baixas podem ter menos acesso a materiais e recursos escolares; a presença no currículo de autores majoritariamente brancos e homens deixam de fora as vozes importantes das mulheres e minorias étnico-raciais.

Neste sentido, discorreremos sobre a interseccionalidade por acreditarmos que este conceito pode ajudar a entender como a escola pode ser um lugar onde as desigualdades são produzidas, reproduzidas, perpetuadas e pode fornecer uma estrutura contra-hegemônica para pensarmos de forma efetiva, concreta e permanente como criar um ambiente escolar mais acolhedor, inclusivo, representativo, diverso e justo. Mesmo não sendo o debate central da nossa pesquisa, a interseccionalidade passa transversalmente pela nosso objeto e vai desembocar e reforçar a importância das discussões sobre as relações étnico-raciais e futebol na Educação Física.

No âmbito do esporte, a interseccionalidade pode apresentar-se das mais diversas maneiras. Isto significa que as experiências e desafios a que atletas estão sujeitos podem ser delineadas por uma variedade de fatores, incluindo sua raça, etnia, identidade de gênero, orientação sexual e classe social. Pensando, então, que

o esporte é um dos conteúdos bases da Educação Física, podemos inferir que estas realidades podem se replicar no contexto escolar.

Quando nos voltamos para a realidade feminina, vemos que as mulheres podem enfrentar obstáculos únicos no mundo esportivo, em comparação com os homens. Por conta da discriminação de gênero perpetrada pelo machismo estrutural, há de forma contundente falta de recursos financeiros e de oportunidade para participar efetivamente das práticas esportivas. Quando adicionamos a este contexto a interseção com a raça, por exemplo, a mulher negra pode enfrentar ainda mais dificuldades no esporte, devido à discriminação racial e sequíssimo.

Além disto, atletas LGBTQIA+ também podem enfrentar discriminação e hostilidade, especialmente em modalidades tradicionalmente masculinas, enquanto pessoas com deficiência podem ter que lidar com barreiras físicas e de acessibilidade para praticar esporte, em um mundo cada vez mais projetado para os corpos padrões. O que queremos apontar é que, das mais diversas formas de preconceitos existentes em nossa sociedade, o esporte pode potencializá-los de maneira contundente, seja na prática profissional, educacional ou no espetáculo.

Podemos compreender que este desencorajamento imposto às meninas/mulheres, em relação a prática do futebol, não está circunscrito apenas ao universo futebolístico e ao esporte, e sim presente e enraizado em nossa sociedade por meio de uma construção sociocultural estabelecida a partir da cosmovisão preponderantemente masculina. Nesta perspectiva,

Os homens – os machos – ocidentais, membros das classes dominantes e brancos são os que comumente determinam – ou, pelo menos, influenciam intensamente – o que se é percebido como conhecimento legítimo e legitimado (Audad; Corsino, 2018, p. 3).

Nesta cena, a Educação Física Escolar tem enfrentado diversos desafios ao longo dos anos, particularmente, no que diz respeito ao ensino do conteúdo futebol nas escolas públicas. Tem sido permanentemente, arriscamos afirmar, as análises críticas e debates acalorados, desenvolvidos por universidades, pesquisadores e professores de Educação Física do ensino básico sobre este tema. Algumas das questões críticas elencadas são: a ênfase excessiva no rendimento e na competição; exclusão dos menos hábeis e menos interessados no esporte;

desigualdade de gênero, com as meninas sendo excluídas ou desencorajadas de participar ativamente; infraestrutura física e material deficitária, que acaba por limitar as experiências e o desenvolvimento dos alunos; falta de formação inicial e continuada adequada para o ensino do futebol de forma inclusiva e crítica com atenção aos marcadores sociais de opressão (interseccionais); e ausência de problematização sobre a discriminação racial, indo de encontro à educação antirracista.

Não obstante, Daolio (2005, p. 3) afirma que:

O futebol é, ao mesmo tempo, um modelo da sociedade e um modelo para uma determinada sociedade apresentar-se e no Brasil o futebol ganha relevância por ser o principal esporte nacional, tanto que **aqui a expressão jogar bola diz respeito ao futebol e a nenhum outro esporte** (grifo nosso).

O futebol está no imaginário e nas relações sociais, seja na conversa entre amigos, na arquibancada torcendo ou mesmo participando ativamente em um jogo. Mesmo que atualmente os campos de várzea sejam escassos, o futebol continua sendo, disparado, o esporte mais praticado na forma recreativa. Com 15,3 milhões de praticantes, é o que ficou demonstrado pela pesquisa do IBGE (2017), levando em conta as pessoas com 15 anos ou mais de idade, ou seja, temos mais alguns milhões de praticantes em idade escolar, na faixa etária de 6 a 14 anos, que corresponde ao ensino fundamental (1º ao 9º ano). Uma série de circunstâncias contribuem para esta constatação, como o fato de o futebol ser praticado nos mais variados e inusitados ambientes, possuir múltiplas variações como o futsal, futebol society, futebol de areia, futevôlei, futebol de 5 (praticados por cegos), futebol de 7, futebol de travinha (golzinho), futmesa, dentre outros. Além de demandar pouquíssimos recursos materiais, estruturais e possuir um conjunto de regras de fácil assimilação por parte dos praticantes, o que lhe confere potencial enorme de participação, diversificação e inclusão.

Em síntese, o futebol tem uma imensa aceitação e está presente em todas as camadas da sociedade brasileira. Deste modo, Daolio (2006, p. 108) entende o futebol como “uma prática social que, como tal, expressa a sociedade brasileira, com todas as suas aspirações mais antigas, seus desejos mais profundos e suas

contradições mais camufladas”. Por isto, é importante abordar as questões relacionadas ao futebol e como este esporte chega e, principalmente, como este conteúdo é abordado pelos professores durante as aulas de Educação Física. A escola tem papel importante na manutenção da cultura, senão vejamos:

O resgate e a valorização dos jogos da cultura popular por meio das aulas de educação física podem auxiliar na transmissão desses elementos de nossa cultura às futuras gerações. No futebol é importante mantermos viva a tradição de brincar de golzinhos, gol de cabeça, rebatida, gol a gol e outras brincadeiras (Darido; Souza Júnior, 2007, p. 31).

De certo modo, o que constatamos, a partir dos mais de vinte anos de docência, é que o conteúdo do futebol nas escolas públicas tem sido desenvolvido de forma extremamente tímida metodologicamente, restritiva, excludente na sua diversidade e possibilidades, pautado quase que unicamente na institucionalização pura e simples do baba, reproduzindo-o sem o devido tratamento pedagógico necessário no contexto escolar.

“Ensinar é trabalho pesado, é ciência e arte; uma das mais difíceis e estafantes tarefas humanas, não importa se trata de futebol ou de matemática” (Freire, 2011, p. 3). E para ensinar bem o futebol é necessário, entre outras coisas, trazer a cultura futebolística do brasileiro para dentro da escola. Para isso é fundamental que tenhamos professores comprometidos e preparados para, efetivamente, ensinar futebol a todos e todas. Ensinar não apenas o esporte na sua expressão espetáculo, mas problematizando e contextualizando-o como uma manifestação da cultura.

Ainda é muito comum, mesmo no ambiente escolar, dar mais atenção aos alunos que possuem mais desenvoltura, interesse, aptidão ou habilidade técnica e tática para jogar. Esta aptidão é adquirida, via de regra, em virtude das vivências estabelecidas e estimuladas com o esporte. Essas vivências, em geral, são proporcionadas pelos pais, parentes e amigos, em idades tenras. O aprendizado do futebol proporcionado pela e entre as gerações, desempenha um papel cultural significativo na vida das crianças e jovens. Além da possibilidade de contribuir para o despertar das habilidades individuais (domínio, chutes, passes, etc.) e do conhecimento coletivo (tática e o jogo propriamente dito), pode fortalecer laços de amizade, socialização, o espírito esportivo, desenvolver o respeito às regras do esporte e de convivência entre os diferentes.

Para melhor compreensão e entendimento acerca desta conexão entre gerações, Camilo (2014, p. 245) concebe à intergeracionalidade como:

[...] uma parte intrínseca da construção das sociedades e assume diferentes contornos na história da humanidade pacificando ou tencionando estas relações em vários campos como na família, na política, o Estado, e na escola.

Do mesmo modo, Lisboa (2020, p. 22) explicita da seguinte forma:

Pode entender-se por relações intergeracionais, vínculos estabelecidos entre duas ou mais pessoas com idade diferentes e em estágios de desenvolvimento distintos [...] É através desta transmissão e deste relacionamento intergeracional que permite a construção da individualidade e da identidade de cada um.

O fato de uma parcela significativa dos alunos que compõem o ambiente escolar não possuírem interesse ou habilidades específicas no esporte, jamais pode servir de impeditivo para o ensino e aprendizado deste importante componente da cultura nacional. Isto porque a abordagem dos diversos conteúdos devem superar a barreira de aprendizado técnico e tático – mesmo sendo estes importantes elementos que devem ser ensinados – e possibilitar o aprendizado dentro da diversidade existente no espaço de aula.

“De modo que aqueles que já sabem jogar futebol devem aprender a jogar melhor; aqueles que sabem muito pouco ou nada de futebol devem receber toda a atenção até que aprendam, no mínimo, o suficiente” (Freire, 2011, p. 9). Os alunos têm o direito de aprender, a escola e os professores têm o dever de ensinar em toda plenitude e complexidade.

Por toda contextualização e argumentação que construímos até aqui, estabelecemos como pergunta que orienta esta pesquisa é: como os professores de Educação Física tratam o ensino do futebol e as implicações étnico-raciais no planejamento de ensino dos anos finais do ensino fundamental na rede pública municipal de Camaçari/BA?

Como objetivo central, propomos analisar como o planejamento docente concebe o conteúdo Futebol e as questões étnico-raciais nas aulas de Educação Física, nos anos finais do ensino fundamental da rede municipal de Camaçari/BA. Também, pensando em nortear mais detalhadamente os conceitos aqui elencados, temos como objetivos específicos:

- Analisar a efetividade concebida aos conteúdos relativos às questões étnico-raciais e o futebol no planejamento da Educação Física;
- Construir orientações didáticas em formato digital para a sistematização do conhecimento futebol como conteúdo para a disciplina de Educação Física.

Ainda, faz parte do trabalho desenvolvido no âmbito do PROEF desenvolver um Produto Educacional que dialogue com a pesquisa desenvolvida. Desta forma, a partir da pesquisa e do estudo emergiu a ideia de utilizar como Produto Educacional, um podcast. Dessa forma, desenvolvemos o podcast, “NU Vestiário: desnudando o futebol”, que entrevistou especialistas, professores, ex-atletas e árbitros para discutir sobre a temática do futebol e as implicações étnico-raciais no ambiente das aulas de educação física nos anos finais do ensino básico. O podcast “NU Vestiário: desnudando o futebol” possibilita discutir a questão do ser negro no contexto da educação física, especialmente relacionado ao futebol, explorar questões como identidade, cultura, reconhecimento, estereótipos, preconceitos e discriminações raciais.

Segundo Freire (2013, p.42) “o podcast consiste em um modo de produção/disseminação livre de programas distribuídos sob demanda e focados na reprodução de oralidade, também podendo veicular músicas/sons” Desse modo, o podcast se popularizou muito nos últimos anos, principalmente, entre os profissionais de educação nas escolas públicas e privadas de todo país, como um instrumento educacional notadamente no momento e, logo após o advento da pandemia do covid 19, que atingiu o planeta em 2020.

Diante disso, a decisão de utilizar o podcast como ferramenta pedagógica se deu em virtude de ser uma mídia de caráter popular, além de ser democrática em decorrência de seu fácil acesso. Outro fator importante é a possibilidade de tratarmos de diversos assuntos e temas que podem ser desenvolvidos, discutidos e problematizados dentro e fora das salas de aula, oportunizando os professores ter um material de referência no sentido de estimulá-los no trato das questões atinentes ao racismo, tão presente em nossa sociedade e, na escola não é diferente.

Foram realizados quatro episódios de entrevistas com especialistas, professores, ex-jogadores e árbitros de futebol que trouxeram suas vivências, experiências, tanto no campo pessoal, quanto no universo profissional.

No episódio 01 - Racismo Estrutural, esse é o nosso pontapé de partida. Com ele abrimos o debate de base sobre o tema. Contamos com a participação de três professores acadêmicos na temática racial, a professora Mestra Fabiana Moura, Doutoranda em Educação Científica pela UESB, E os professores Doutores Antônio Carlos e Jonatan Silva, que relatam como o racismo perpetrou em suas vidas, discorrem sobre dados da pesquisa do Instituto de Referência Negra Peregum, que apresenta dados sobre o racismo no Brasil, apontando as contradições ali contidas, em face às respostas dos entrevistados. O episódio também aborda aspectos dos privilégios da branquitude, o racismo estrutural, os fundamentos que o sustenta e as maneiras explícitas e veladas que ele se manifesta em nossa sociedade, seja no trabalho, na escola, universidade, política, justiça, polícia, dentre outros, apresentados possibilidades de superação. Indicam como os docentes podem abordar a temática do racismo em sala de aula nas escolas, junto aos estudantes e toda comunidade escolar.

Já no episódio 02 - Atletas de futebol dão um carrinho no racismo. João Marcelo e Zé Carlos, dois ex-jogadores negros que foram campeões brasileiros de futebol, pelo time do Bahia em 1988, relatam sobre a chegada ao clube ainda adolescentes, narrando como as questões raciais eram debatidas no clube naquela época e no decorrer da carreira de atleta profissional. Apresentaram suas percepções acerca de os atletas negros não ocuparem as funções de comando na estrutura do futebol brasileiro, como: treinador, gestor, presidente de clube e de federações. Apresentaram argumentos em relação à participação ou não dos jogadores em oposição ao racismo dentro ou fora de campo, tendo por base os casos envolvendo o jogador Vinícius Jr., atleta brasileiro que joga no Real Madrid da Espanha. Por fim, apresentaram sugestões a serem abordadas pelos professores nas escolas sobre como aproximar essas discussões futebol/racismo, para crianças e adolescentes.

O episódio 03 - Arbitragem de futebol: cartão vermelho no racismo, tivemos dois ex-árbitros de futebol da CBF e professores de Educação Física, Márcio Chagas e Ineildes Calheiro, debatendo aspectos de como o racismo perpassa a realidade precária dessa ocupação profissional, seja pelo número diminuto de árbitros e árbitras negros (a) que atuam no futebol nacional, como se constitui as relações de poder em campo entre árbitro negro x jogador branco, árbitro branco x

jogador negro, o tratamento é equânime? Por fim, sugerem mudanças no currículo dos cursos de formação de arbitragem, com foco nos direitos humanos (racismo) e nas legislações esportivas da FIFA e CBF atinente ao agravamento das penas nos casos de cometimento de crime de racismo nos estádios de futebol.

No episódio 04 - Racismo na escola: os desafios na educação física. Encerrando nossa jornada, depositamos nosso olhar para a educação básica, pelas vias dos desafios na educação física. Entrevistamos dois professores de educação física, Profa. Esp. Rose Núbia e o Prof. Me. Aloísio Oliveira, que atuam em escolas públicas na educação básica. Apresentaram um diagnóstico em relação aos 20 anos da promulgação da lei 10.639/03 que trata da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, apontando avanços e retrocessos. Sinalizam sobre a necessidade do fortalecimento da formação inicial dos professores e de uma formação continuada que abarque a temática de forma contundente, apontaram também para as contribuições da educação física nessa questão e levantaram dúvidas acerca da efetividade da lei em decorrência da forma como estruturalmente a instituição escolar está alicerçada no país. Por fim, suscitou dúvidas a respeito de o professor ser o agente dessa difícil transformação, diante do cenário que está posto.

Destarte, esta dissertação está estruturada em Introdução, que se deu até aqui. Segundo capítulo, Percurso Investigativo e Metodologia; terceiro, Relações Étnico-Raciais na Escola; quarto, O Futebol como Fenômeno Sociocultural Multifacetado; quinto, Futebol e Relações Étnico-Raciais no Planejamento de Professores/as de Educação Física; considerações finais e referências.

## 2 PERCURSO INVESTIGATIVO E METODOLOGIA

Neste capítulo iremos apresentar os caminhos trilhados para localização dos dados de pesquisa, neste caso, os planejamentos pedagógicos dos professores e professoras de Educação Física dos anos finais do Ensino Fundamental, desde o contato com órgãos municipais responsáveis até as escolas mais especificamente, no município de Camaçari.

Depois, iremos situar o leitor na metodologia por nós escolhida para o trato de tais documentos e de que forma analisamos os dados obtidos a partir dos planejamentos pedagógicos que conseguimos ter acesso.

### 2.1 PERCURSOS INVESTIGATIVOS: UNIVERSO DA PESQUISA E ASPECTOS INICIAIS

O universo da pesquisa foi circunscrito pelas escolas municipais vinculadas à Secretaria Municipal de Educação (SMED) de Camaçari/Ba localizada na região metropolitana de Salvador, mais especificamente, as aulas de Educação Física dos anos finais do Ensino Fundamental. O município de Camaçari possui 31 escolas para atender os anos finais do ensino fundamental, etapa que analisamos. Para tanto a cidade conta com 72 professores que lecionam o componente curricular de Educação Física. Assim, buscamos trabalhar com os planejamentos utilizados por estes professores, nas suas aulas.

Assim, o presente estudo se caracteriza como uma pesquisa documental de abordagem qualitativa que busca analisar e compreender o sentido dos fenômenos pesquisados para propor soluções para a problemática investigada (Gil, 2008). De acordo com Gil (2008) a pesquisa documental se aproxima muito à pesquisa bibliográfica, mas procura documentos que ainda não foram submetidos a um tratamento analítico ou que ainda podem ser relacionados em conformidade com os objetos da pesquisa. Deste modo, foi realizada a análise documental do Referencial Curricular Estadual e Municipal, além dos Planos de Ensino Anual de Educação Física das 31 unidades escolares dos anos finais do ensino fundamental,

tendo como critério para análise a possível relação da Educação Física com a temática do futebol no contexto escolar e sua interseccionalidade com os marcadores sociais de opressão, notadamente as questões das relações étnico- raciais.

Para tanto, foram percorridas as seguintes etapas:

1. Levantamento dos documentos junto as escolas do município de Camaçari/Ba;
2. Análise dos Planos de Ensino dos docentes que lecionam a disciplina Educação Física;

Falando agora mais detidamente como se deu o processo de coleta dos documentos, no primeiro momento, elaboramos um ofício, assinado por mim e pelo meu orientador, formalizando o contato com as escolas. Através deste ofício, informamos a temática e os objetivos da pesquisa, bem como as turmas que eram nosso foco de análise. Também, estava no ofício que se tratava de uma pesquisa documental e que o propósito era investigar os planos de ensino elaborados pelos professores professoras de Educação Física do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental,

Feito isso, conseguimos autorização da diretoria pedagógica, também foi através do mesmo documento que foi encaminhado para todas as escolas da rede municipal do 6º ao 9º ano. Ou seja, comunicando às escolas qual era o objeto do nosso estudo, o teor da pesquisa para que tivéssemos autorização para coleta dos dados. Todas as escolas da rede municipal de Camaçari/BA receberam o ofício.

É preciso frisar que todas as instituições foram solícitas, não houve nenhum embaraço, nenhuma dificuldade ou resistência no sentido de aceitar o desenvolvimento da pesquisa. Ao contrário, as escolas se posicionaram de maneira satisfatória e manifestaram que estavam felizes em ver esse processo de pesquisa ocorrendo lá nas escolas do município de Camaçari, mais ainda por ser realizada por um professor da rede.

Então, como era esse processo? Quando eu chegava à escola, me apresentava e buscava falar com a direção, principalmente, diretor ou vice-diretor. Falava de forma mais aprofundada sobre o processo da pesquisa e o ofício que eles

já tinham recebido. Em seguida, normalmente, buscava orientar que precisava apenas do acesso aos planos de ensino, afirmava que não era intuito da pesquisa ter contato direto com os/as professores e professoras, pois muitas vezes, eles queriam me encaminhar para estes. Então, eu explicava que não era necessário o contato com os professores, porque a pesquisa é documental. Já o acesso aos planos se deu através da coordenação pedagógica das escolas.

Normalmente, o caminho era ter o primeiro contato com a direção, informando minha presença, então me apresentavam para a coordenação pedagógica, e a coordenação pedagógica providenciava os documentos. Assim, em sua maioria, os documentos foram enviados de forma digital, porque era mais fácil para fazer o processo de registro. Então, eles me encaminhavam por e-mail, após eu deixar todos os meus dados para contato, como e-mail, telefone, whatsapp.

Neste contexto, somente cinco ou seis planos foram entregues físicos, impressos. Os outros todos foram enviados através de e-mail ou mesmo pelo whatsapp. Nas escolas que não tinham coordenador pedagógico ou a falta do coordenador pedagógico no momento em que entramos em contato, normalmente o vice-diretor fazia esse processo de enviar os documentos, com os planos que eles tinham em mãos ou nos arquivos.

Um dos pontos bastante positivos foi que as escolas tinham muita curiosidade em entender e compreender do que se tratava o estudo e buscava auxiliar de prontidão com os planejamentos solicitados. Esse interesse e curiosidade fizeram com que o processo fosse um pouco mais demorado, natural e positivamente. Então, a direção ou a vice-direção me atendia, e colocava em contato com a coordenação que fazia a entrega oficial dos planos.

Então, esse foi o processo da dinâmica de coleta dos planos, contando com uma excelente receptividade de todas as escolas, todos se colocando solícitos, interessado em compreender o processo, uma vez que esta não é uma ação habitual, infelizmente, como eles apontaram, menos ainda na Educação Básica nos municípios do interior da Bahia. Desta forma, coletamos os documentos que forneceram os dados para elaboração desta pesquisa.

Ainda, é preciso dizer que optamos por não utilizar os nomes das escolas e dos/das professores/as, a fim de manter certa objetividade e distanciamento, dentro do possível. No lugar dos nomes oficiais das escolas, optamos por homenagear e reconhecer a impotência de negras e negros importantes no cenário futebolístico que, por vezes, enfrentaram ofensas diretas e, obviamente, indiretas de racismo. Entre jogadoras/es, ex- jogadoras/es, treinadoras/es, Sendo estes: Barbosa, Roger Machado, Dilma Mendes, Grafite, Tinga, Ineildes Calheiro, Formiga, Pretinha, Sissi, Marta, Marcio Chagas, Aranha, Richarlyson, Taison, Vinicius Junior.

Conhecendo brevemente a trajetória destas pessoas: Moacyr Barbosa, o Barbosa, é até hoje um dos casos mais dolorosos e simbólicos de racismo no esporte brasileiro. Goleiro da Copa de 1950 que foi realizada em nosso país, Barbosa foi escolhido como vilão pela imprensa e opinião pública por décadas pela derrota na final da Copa para os Uruguaios. Segundo o próprio Barbosa, no Brasil, a pena máxima para um crime é 30 anos. Eu já pago há 50 por crime que não cometi, disse Barbosa.

Roger Machado Marques, ex-jogador e treinador de futebol, é o único técnico negro na Série A do Brasileirão e voz constante na luta antirracista. O racismo está evidenciado pela ausência nos clubes de futebol de pessoas negras como treinadores e nos espaços de gestão, afirmou reforçada por Roger.

Dilma Maria Mendes de Souza, ex- jogadora e treinadora da seleção brasileira feminina de futebol, conquistou o campeonato mundial em 2019. Mulher, negra e nordestina, Dilma Mendes foi eleita como a melhor treinadora de futebol feminino do mundo em 2022, categoria que inclui treinadores homens.

Em abril de 2005, Ednaldo Batista Libânio, o Grafite, jogando pelo São Paulo, foi chamado de “macaco” num jogo da Libertadores. O argentino Leandro Desábato, jogador do Quilmes, recebeu voz de prisão em campo pela polícia. Foi o primeiro caso de racismo no futebol no Brasil em que se tomaram providências.

O então volante do Cruzeiro, Paulo César Fonseca do Nascimento, o Tinga, em 2014 no Peru, sofreu ato de racismo (imitavam macaco) por parte dos torcedores do time do Real Garcilaso numa partida da Libertadores. Tinga disse ao fim do jogo que trocaria todos os seus títulos pelo fim do preconceito racial.

Ineildes Calheiro Santos foi árbitra da Federação Bahiana de Futebol (FBF) e enfrentou o racismo, machismo e a homofobia em toda sua carreira. Ineildes, constata que não há mulheres, pessoas negras e LGBTQIAPN+ nas funções de poder e liderança no futebol brasileiro.

A baiana Miraildes Maciel Mota, a Formiga, lendária volante da seleção Brasileira de futebol, a nossa dama das Copas é a única jogadora da história a disputar Sete Copas do Mundo (1995 - 2019) e Seis Olimpíadas. Enfrentou o racismo, o preconceito e o machismo em toda sua carreira como cidadã e atleta.

Delma Gonçalves, a Pretinha, disputou quatro Copas do Mundo de futebol e quatro Olimpíadas. A ex-atleta é apenas a segunda mulher a ter os pés eternizados no Maracanã. Pretinha, sempre denunciou a discriminação e o racismo no esporte, usando sua visibilidade para pautar a luta antirracista.

Sisleide do Amor Lima é uma das pioneiras do futebol feminino no Brasil, possui uma trajetória vitoriosa de luta e superação contra o machismo, o racismo e a discriminação no futebol. Sissi é ativista, defende maior inclusão e oportunidades para as mulheres no futebol em todo planeta.

A jogadora Marta Vieira da Silva, é a maior goleadora na história das Copas, além de ter sido eleita pela FIFA seis vezes como melhor jogadora de futebol do mundo. Marta foi a primeira mulher a ter os pés eternizados no Maracanã. Luta contra a discriminação, homofobia, o machismo, visando à igualdade de gênero dentro e fora do campo.

Marcio Chagas da Silva foi árbitro da Federação Gaúcha de Futebol (FGF) e uma voz ativa contra o racismo. Sua carreira foi marcada por enfrentar desafios relacionados à discriminação racial. Marcio foi alvo de ataques e xingamentos racistas em diversas ocasiões durante sua carreira.

O ex-goleiro Mario Lucio Duarte Costa, o Aranha, já era um ativista negro antes de ter sido chamado de “macaco” em 2014 por torcedores do Grêmio em Porto Alegre/RS. Atualmente, Aranha se firma como um escritor e palestrante comprometido com a educação antirracista.

Richarlyson Barbosa Felisbino é um ex-jogador de futebol que se declarou bissexual em 2022. Sua declaração gerou grande repercussão nas redes sociais, com muitos ataques homofóbicos e racistas. Richarlyson se tornou o primeiro jogador que atuou pela seleção brasileira a falar sobre o tema abertamente.

O jogador de futebol Taison Barcelos Freda foi vítima de racismo da torcida do Dínamo de Kiev (Ucrânia) em 2019. Taison respondeu aos insultos com um gesto e foi expulso. Em seguida publicou nas suas redes sociais, trecho da música - Jesus Chorou, do Racionais MC's: "amo minha raça, luto pela cor, o que quer que eu faça é por nós, por amor". Ubuntu!".

O jogador do Real Madri, Vinicius Jose Paixão de Oliveira Júnior é vítima constante de racismo, xenofobia e perseguição na Espanha. Ele é contundente na luta, se posiciona e não aceita os insultos calado. Ele publicou um vídeo sobre o tema: dizem que a felicidade incomoda; a felicidade de um preto, brasileiro, vitorioso na Europa, incomoda muito mais.

Desta forma, ao fim da busca pelos documentos, conseguimos ter acesso a vinte e seis planos dos quarenta e oito previstos, em vinte e nove escolas do município. Estas escolas contam com o número de cinquenta docentes, dezessete professoras e trinta e três professores. Desta forma, coletamos os documentos, neste contexto educacional, que forneceram os dados para elaboração desta pesquisa.

## 2.2 ANÁLISE DE DADOS: A ANÁLISE DOCUMENTAL

Ao se propor a realizar uma pesquisa, os/as pesquisadores/as se deparam com um grande número de procedimentos que devem ser tomados como base para que o estudo se desenvolva de forma qualificada e significativa. Entre a escolha do tema, do objeto, os objetivos e metodologia deve haver uma indissociabilidade para que o arranjo, o material final tenha coerência. Por isto, ainda que na escrita partes sejam fragmentadas, na análise e toda a elaboração elas devem estar imbricadas e sempre no horizonte de quem está desenvolvendo o estudo.

Em sua relação com o ambiente, em função de sua necessidade de modificar o mesmo ou até de se adaptar a este, o homem passa a criar conhecimentos como

respostas a esta própria relação. Estes conhecimentos podem ser de várias espécies e de diferentes arranjos, tendo em conta o próprio desenvolvimento do ser humano em sua trajetória, além de fatores como, interesse histórico, condições sócio-econômicas, acessibilidade aos espaços sociais, realidades de conjuntura local, e outros vários.

Nesta cena, Lakatos e Marconi (2000, p. 46) nos diz algo importante:

[...] diríamos que a finalidade da atividade científica é a obtenção da verdade, por intermédio da comprovação de hipóteses, que, por sua vez, são pontes entre a observação da realidade e a teoria científica, que explica a realidade. O método é o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Assim, levando em conta nossa temática, objeto e objetivos, chegamos no momento de dialogar sobre o percurso metodológico que elencamos para este trabalho. Devido às características do nosso objeto e os recursos que nos forneceram os dados é mais que claro o caráter qualitativo deste estudo, uma vez que buscamos analisar um fenômeno sociocultural a partir de uma perspectiva social.

Desta forma, pelas características das ferramentas para que nos forneceram os dados da pesquisa, julgamos pertinente a escolha da análise documental para buscar as respostas às questões que elaboramos. Assim, como afirmam Lima Júnior, Oliveira, Santos e Schnekenberg (2021, p. 37)

[...] a Análise Documental pode ser desenvolvida a partir de várias fontes, de diferentes documentos, não somente o texto escrito, uma vez que excluindo livros e matérias já com tratamento analítico, é ampla a definição do que se entende por documentos incluindo-se dentre eles, leis, fotos, vídeos, jornais, etc.

Assim, consideramos com embasamento teórico-metodológico que os planos de ensino elaborados pelos professores e professoras são documentos legítimos

que apresentam um recorte importante da realidade das aulas de Educação Física dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Nesta cena, a pesquisa documental é crucial para a construção de conhecimento científico, pois oferece uma vasta gama de informações que ajudam a entender fenômenos e construir teorias baseadas em dados já registrados. No entanto, requer uma abordagem crítica para garantir a confiabilidade e relevância dos documentos utilizados. Logo, buscamos nos debruçar sob estes documentos com olhar crítico e atento para nossas categorias centrais, questões e objetivos elencados.

Ainda, é pertinente dizer que:

Quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair dele informações, ele o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, ou seja, na realidade, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos – estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos (Sá-Silva; Almeida; Guindano, 2009, p. 4).

Ou seja, a análise documental não se trata apenas de uma leitura superficial de texto/documento, neste caso, mas sim de um empenho científico estruturado e balizado teoricamente para elaboração de uma pesquisa séria e qualificada que possa extrair dados e apresentar análises sobre determinadas realidades, dialogando sempre com o referencial teórico pertinente ao contexto.

Reforçando a compreensão:

Conforme Flick (2009), o pesquisador, na escolha de documento, não deve manter o foco, unicamente, no conteúdo, apesar de esse ser importante, deve ser levado em consideração o contexto, a utilização e a função dos documentos. Isso deve ser levado em conta, uma vez que são meios para compreender e decifrar um caso específico de uma história de vida ou de um processo (Lima Júnior, *et al.* 2021, p. 41).

Projetando a elucidação teórica na nossa pesquisa, vamos entender que os planos analisados informam sobre conteúdos nos tratos pedagógicos dos professores e professoras de Educação Física, a localização do futebol e as relações étnico-raciais no espaço de aula. Bem como as reverberações que

reflexões que podem apontar. Contudo, esta operação de trabalhar com documentos podem apresentar desafios, uma vez que o pesquisador dialoga com uma produção de diz o que se busca, mas pode não dizer o que se analisa. O que queremos esclarecer é que o pesquisador pode fazer leitura que não condizem com o que o documento apresenta, analisando dados que não traduzem a realidade. Por isso a necessidade de articulação criteriosa entre documento, contexto e bibliografia.

Sobre isso, Cellard (2008, p. 296) alerta:

O pesquisador que trabalha com documentos deve superar vários obstáculos e desconfiar de inúmeras armadilhas, antes de estar em condição de fazer uma análise em profundidade de seu material. Em primeiro lugar, ele deve localizar os textos pertinentes e avaliar a sua credibilidade, assim como a sua representatividade. O autor do documento conseguiu reportar fielmente os fatos? Ou ele exprime mais as percepções de uma fração particular da população? Por outro lado, o pesquisador deve compreender adequadamente o sentido da mensagem e contentar-se com o que tiver na mão: fragmento eventualmente, passagens difíceis de interpretar e repletas de termos e conceitos que lhe são estranhos e foram redigidos por um desconhecido, etc. É, portanto, em razão desse limite importante, que o pesquisador terá de tomar um número de precauções prévias que lhe facilitarão a tarefa e serão, parcialmente, garantias da validade e solidez de suas explicações.

Podemos então perceber que a tarefa que construir uma análise documental eficaz não é tão simples ou fácil do que outros tipos e métodos de pesquisa. Ela nos exige cuidados para que a subjetividade e intencionalidades do pesquisador não se sobreponham ao que realmente possa ser retirado dos dados. Não queremos com isso dizer que a pesquisa tem que ser puramente objetiva, no sentido de distanciamento total do pesquisador, isso seria uma falácia. Mas sim, afirmar que a dosagem que se coloca na análise precisa ser atenta para não criar o que não existe.

Afirma Cellard (2008, p. 298), “uma pessoa que deseja empreender uma pesquisa documental deve, com o objetivo de construir um corpus satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes”. É, então, neste sentido que buscamos elaborar nossa análise documental, atentos aos desafios e assumindo posição criteriosa perante aos planejamentos que temos em mãos.

Assim, ao nos debruçarmos sob os planejamentos pedagógicos dos professores e professoras de Educação Física, nossos documentos de análises, destacamos que esta metodologia atrelada com nossos objetivos e informações disponíveis formaram a teia de análise que apresentamos mais detalhadamente no decorrer do presente texto. Sem perder de vista o posicionamento de pesquisa que adotamos, vimos que a pesquisa documental foi uma útil e rica estratégia para elaboração deste estudo.

### 3 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA

A questão Racial no Brasil é profunda e sistêmica, precisando de um olhar atento a cada espaço em que se propõe a analisá-la. Já está amplamente disseminado, apesar de longe de ser superado em totalidade, que o racismo, o preconceito racial é estrutural no nosso país. Isto significa dizer que toda estrutura social, cultural, econômica, educativas e demais vertentes estão imbricadas por este fato. Neste sentido, Silvio Almeida elucida com muita firmeza e fundamenta

[...] o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que procuramos demonstrar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea (Almeida, 2018, p. 15-16).

Longe de serem acontecimentos isolados ou terem espaços específicos, vemos que o racismo se entranha na sociedade como um todo e, neste meio, a escola não se isenta, por vezes, pode, inclusive, reforçar práticas racistas nitidamente. Logo, desde as legislações que orientam a Educação Básica até a prática pedagógica, há um amplo espaço para análises e debates que possam desnudar o cotidiano escolar neste aspecto e apresentar caminhos para concretizar ações de superação das desigualdades marcadas por temas de ordem étnico- raciais.

Numa busca no principal banco de artigos que temos atualmente, a Scielo, onde usamos os buscadores “Relações Étnico-Raciais” AND “Escola”, encontramos apenas treze artigos, dentre eles dez tratam da temática na perspectiva da educação formal propriamente dita e apenas um trata da questão na Educação Física Escolar. Ao acrescentar o buscador “Educação Física”, apenas o artigo que já fora encontrado antes, se repete, sendo ele intitulado de Africanidade e Afrobrasilidade em Educação Física Escolar, do ano de 2018. Isto nos aponta para uma lacuna na produção, notadamente, na Educação Física Escolar sobre a questão das Relações Étnico-Raciais.

Antes de centralizarmos o debate no componente curricular Educação Física, vamos tentar buscar um olhar mais panorâmico das Relações Étnico-Raciais na Escola. Até porque, a Lei que alterou a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afrobrasileira, Lei 10.639/2003, afirma que o conteúdo deve ser ministrado, em especial, nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira, mas enfatiza que ele deve permear todo o currículo escolar. Assim, olhar, a partir das produções disponíveis e dessa legislação, como se dá este trato no âmbito geral da escola é fundamental (Brasil, 2003).

Neste sentido, devemos ter em mente que a aprovação e a paulatina implementação dessa legislação, fruto das pressões sociais e proposições do movimento negro brasileiro, juntamente com os demais aliados da luta antirracista, sinaliza avanços na efetivação de direitos sociais educacionais e implica o reconhecimento da necessidade de superação de imaginários, representações sociais, discursos e práticas racistas na educação escolar. Implica, também, uma postura estatal de intervenção e construção de uma política educacional que leve em consideração a diversidade e que se contrapõe à presença do racismo e de seus efeitos, seja na política educacional mais ampla, na organização e funcionamento da educação escolar, nos currículos da formação inicial e continuada de professores, nas práticas pedagógicas e nas relações sociais na escola (Gomes; De Jesus, 2013, p. 22).

Logo, a criação da Lei 10.639/2003 apresentou um avanço no que tange os aspectos sociais, de modo geral. Contudo, ainda existem muitas barreiras a serem superadas para que o seu alcance consiga ser efetivado de forma plena e, assim, provoque e contribua para a construção de uma educação mais igualitária, contribuindo para uma mudança do preconceito estrutural da nossa sociedade. Uma vez que temos em horizonte a Educação como transformadora social.

Contudo, após pouco mais que vinte anos da criação desta Lei, pesquisas ainda apontam para pouco conhecimento “[...] sobre o contexto nacional de implementação dessa alteração da LDB e demais orientações legais que a regulamentam na gestão do sistema de ensino e no cotidiano das escolas” (Gomes; De Jesus, 2013, p. 22). Mesmo o estudo citado sendo de 2013, ainda podemos ver que as dificuldades persistem, reflexo disto, ainda que brevemente, foi a busca por artigos que apresentamos acima.

Ainda falando desta pesquisa debatida no artigo de Gomes e De Jesus (2013), há um fato bem importante que merece destaque e diz respeito ao desinteresse das Escolas sobre a questão racial, de modo geral:

O desinteresse pelas questões étnico-raciais notado em algumas escolas não diz respeito apenas às questões do racismo, da discriminação, do preconceito e do mito da democracia racial. Está relacionado também ao modo como os/as educadores/as lidam com questões mais gerais de ordem política e pedagógica, por exemplo, formas autoritárias de gestão, descompromisso com o público, desestímulo à carreira e à condição do/a docente, bem como visões políticas conservadoras de maneira geral (Gomes; De Jesus, 2013, p. 30-31).

Aqui há um ponto crucial para compreensão da ação educativa que vai culminar e/ou influenciar a materialização do Ensino para as Relações Étnico- Raciais, a percepção do ato político que é ensinar. O docente, a comunidade escolar como um todo, mas principalmente os/as docentes precisam ter solidificada a compreensão de que seu ato profissional, a docência é um ato político e está imbricada de poder, portanto contribuir para manutenção ou transformação da estrutura social.

Logo, se o/a docente, a comunidade escolar descola ou não enxerga sua atuação profissional como ato político é muito possível que não veja importância em se comprometer com questões tão significativas e fundamentais para a sociedade. “Não se pode esquecer o peso da cultura escolar, a organização dos tempos e espaços, bem como a materialidade da escola e sua relação com as práticas observadas” (Gomes; De Jesus, 2013, p. 30).

Há resistência de alguns setores educacionais em aceitar essa realidade, fruto de um posicionamento conservador e muitas vezes reacionário que tenta a todo custo omitir os conflitos e relativizar o peso de fenômenos perversos, tais como: racismo, patriarcado, capacitismo, etarismo, LGBTQIA+fobia na vida dos sujeitos da escola, no cotidiano e no currículo escolares, na relação pedagógica, nos tempos e espaços das escolas (Gomes, 2023).

Desse modo, vemos como a escola vai reproduzir comportamentos e estruturar suas práticas de forma que contribua e/ou reforce o racismo estrutural presente, também, na escola, e outras formas de preconceitos presentes na sociedade. Por tudo isso, é fundamental a tomada de consciência do caráter político e de poder que estão imbuídos, imbricados na lógica de funcionamento escolar para, a partir daí, formar e conformar práticas outras que desnudem, problematizem e contextualizem tais preconceitos, contribuindo para mudança no espaço escolar e sociocultural.

A contextualização é um fator fundamental no processo que trate de uma educação para e com as relações-étnico raciais, porque ainda que estrutural, existem mecanismos e conformações locais que organizam as práticas de forma que podem ser mais ou menos reforçadoras desta questão.

[...] existem desdobramentos específicos de acordo com a realidade regional, a forma como o racismo opera ou não na realidade observada, os avanços da luta antirracista e como estes impactam ou não as políticas educacionais locais (Gomes; De Jesus, 2013, p. 29-30).

Desta forma, podemos pensar como a Capital baiana, Salvador, a cidade mais negra do país e sendo considerada a cidade mais negra fora do continente africano, pode apresentar um contexto bem específico no que tange ao racismo e educação. Um fato que elucida esta questão foi um recente acontecimento, numa determinada escola de elite da Capital, onde a mãe de um estudante questiona o uso do Pequeno Manual Antirracista, da filósofa Djamila Ribeiro. O caso repercutiu nas mídias e levantou debates.

Aqui podemos apontar duas questões, primeiro, a resistência de uma suposta elite que toma por base a construção eurocêntrica e católica, apresentando um comportamento visivelmente preconceituoso, racista. Crelier e Silva (2018), em estudo sobre africanidade e afrobrasilidade em Educação Física Escolar, baseando-se em autores da temática, apontam um argumento explicativo para tal questão: o fato de existir na branquitude o argumento religioso baseado no fundamentalismo judaico-cristão que ancoram preconceitos, principalmente, para com a diversidade religiosa e cultural da população negra.<sup>2</sup>

Contudo, podemos também ver um segundo ponto que o fato ocorrido demonstra, positivo, ainda que não representativo em totalidade é necessário justificar a prática docente que busca a diversidade como norte. É o fato de que tanto o estudante quanto a escola manifestarem-se a favor do uso do livro e do ensino das religiões de matrizes africanas, demonstrando um avanço no sentido de superar a construção racista historicamente consolidada e perceptível na primeira questão, formando uma resistência no espaço escolar e garantindo o que é assegurado pela lei.

Em resposta a casos como o mencionado e como medida que contribua para a materialização da Lei Nacional que garante o ensino da cultura afrobrasileira, e práticas pedagógicas que combatam mais efetivamente o racismo nas escolas, o Conselho Estadual de Educação da Bahia, no dia sete de maio de 2024, aprovou, com unanimidade, uma resolução normativa que visa combater essa prática e promover uma educação mais inclusiva e igualitária.

As diretrizes a serem implementadas no âmbito do Sistema Estadual de Ensino [...] reorientando acerca das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que alteram a Lei nº 9.394/1996, e garantindo que os conteúdos relativos à história, cultura e contribuições dos povos afro-brasileiros, indígenas e quilombolas sejam abordados de maneira apropriada e integral nos currículos escolares (CEE/BA, 2024).

Ainda, a medida busca:

---

<sup>2</sup> Para mais informações, ver: <https://www.google.com/amp/s/www.correio24horas.com.br/amp/minha-bahia/mae-ataca-colegio-de-salvador-por-usar-livro-antirracista-nas-aulas-de-religiao-0524>

De acordo com o documento, as escolas terão que reorganizar suas propostas pedagógicas fundamentando-as em princípios da estética, da ética, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais previstos na Resolução CNE/CEB nº 02/1998, coadunando-os com os Princípios Pedagógicos da Interdisciplinaridade e da Contextualização citados no Parecer CNE/CEB nº 15/1998 e na Resolução CNE/CEB nº 03/1998. Além da implementação das diretrizes estabelecidas na resolução, o Conselho Estadual de Educação da Bahia reafirmou seu compromisso em tomar medidas firmes em relação a quaisquer casos de racismo que ocorram nas instituições de ensino do estado (CEE/BA, 2024).

Esta Resolução, que “segue para homologação da Secretaria da Educação e entra em vigor imediatamente após a publicação em Diário Oficial (DOE), revogando as Resoluções CEE nº 23/2007 e nº 48/2008” (CEE/BA, 2024), é uma importante resposta do Conselho que regula a educação no estado da Bahia e se mostra com um importante avanço nas medidas que buscam uma efetividade no combate ao racismo.

Neste sentido, retomando o debate da contextualização, se na capital baiana que possui “[...] a maior ancestralidade africana, a partir de estudos genéticos: 50,8%, sendo considerada a cidade mais negra fora do continente africano” (Moreno, 2016), existem práticas racistas tão nítidas e despreocupadas, imaginemos os outros locais onde a cultura e presença negra existe em menores em números? O fator numérico está longe de explicar uma questão tão profunda e complexa, mas aponta para o significativo que é tal fato.

Assim, se na capital baiana temos esse contingente numérico e, ainda assim, a resistência de práticas racistas, pensar o contexto de Camaçari, cidade em que realizamos nossa pesquisa de campo e que se situa há 50km da capital baiana, pode nos apontar contextos semelhantes, devido a proximidade da capital e o fluxo de trocas culturais e diversas, mas também a lógica nacional e estrutural racista, como já apontamos.

Mesmo que pretos e pardos componham a maioria da população, não são contemplados equitativamente em aspectos que garantam seus direitos essenciais e condições plenas de vida, como na distribuição e geração de renda, acesso a segurança, saúde, educação, moradia ocupação de postos de trabalho, entre outros (Cintra; Welle, 2021, p. 2-3).

Dessa forma, é de se esperar que o trato ou a falta do trato das Relações Étnico-Raciais não apareçam de forma evidente no planejamento dos docentes do componente curricular Educação Física e seu conteúdo Futebol, nosso objeto central da análise, acompanhando os demais segmentos sociais na maioria do seu funcionamento.

Como apontam Cintra e Weller (2021), a diferença entre a situação educacional de negros e brancos preocupa. A juventude negra segue em considerável atraso educacional, reflexo, entre outros, de um sistema educacional e social que funciona em ciclos de desvantagens cumulativas que se constroem intergeracionalmente, destacando-se, o preconceito racial dentro das escolas, a centralidade de currículos colonizados e acríticos e a outrificação desses sujeitos.

Toda esta complexa conjuntura se estrutura com base nas relações de poder que se estabelecem, via de regra, de forma verticalizada, perpetuando o subjulgamento de negras e negros para manutenção da estrutura societária do privilégio branco. “Essas questões perfazem os caminhos da escolarização básica e acabam por retirar e manter as/os jovens negras/os fora da escola nas várias etapas da escolarização básica e na educação superior” (Cintra, Weller, 2021, p. 3).

Neste sentido, vislumbramos como as relações estabelecidas no espaço escolar reproduzem as relações de poder com seus marcadores multidimensionais, por isto a importância da ferramenta analítica interseccional na leitura e análise do racismo no espaço escolar. Logo, ainda que a perspectiva de transformação deste contexto sociocultural seja difícil de ser totalmente superada, no ponto da história em que estamos, é preciso que o potencial transformador da escola seja direcionado intencional e planejadamente para buscar a formação crítica de toda comunidade educativa e dos jovens estudantes, debatendo as relações Étnico-Raciais de forma multidisciplinar para, então, contribuir verdadeira e significativamente com o processo de modificação do racismo estrutural.

Neste sentido, as diretrizes legais apresentam avanços sociais, nesse sentido, mas só vão representar mudanças quando se traduzirem em ações concretas em todo hábito curricular e escolar, de modo geral. A garantia de direitos é garantia de existência, inclusive o direito à educação. “Importante compreender que quando se nega o espaço, o trabalho, a saúde, a terra, o alimento, a educação nega-se o direito à vida. A vida deveria ser o mais estruturante de todos os direitos, pois é um direito humano fundamental” (Gomes; Laborne, 2018, p. 2).

Logo, quando falamos das Relações Étnico-Raciais nas escolas, estamos tratando de direito e, por conseguinte, de direito à vida e à humanização da população negra, sua cultura, sua história que, por vezes, não são tratados desta forma. Pensando na juventude negra que vivencia ou é excluída da Educação Básica, podemos comungar sem titubear com Gomes e Laborne (2018, p. 2) quando afirmam que violar o direito à vida da nossa adolescência e juventude é condenar o nosso futuro à pena de morte.

Ao relatar a percepção – concreta – de uma jovem negra sobre a falta de valor que elas e eles possuem perante a sociedade, Gomes e Laborne (2018) reforçam como:

Essa afirmação está presente no nosso imaginário social e educacional. A nossa sociedade é capaz de produzir uma série de mecanismos que acobertam e garantem impunidade aos violentadores e aos agressores. E acusam os jovens negros, mesmo que eles não sejam culpados. A cor da pele, quanto mais escura, mais se torna uma marca que estigmatiza. A periferia e a favela como locais de moradia, são suficientes para que o extermínio seja decretado (Gomes; Laborne, 2018, p. 4).

Assim, vemos a escola reproduzir a desumanização da pessoa negra e contribuir para a subsistência e, em muitos casos, mortalidade de negras e negros por segmentos sociais que deveriam garantir o seu direito segurança, existência, educação de qualidade e todos mais que lhe são indispensáveis. As autoras seguem seu argumento afirmando como o “[...] estereótipo do suspeito número um e a imagem que amedronta a classe média é: o jovem negro da favela com alguma coisa na mão (Gomes; Laborne, 2018, p. 4)”. E continuam “[...] como me disse um jovem negro militante: “No Brasil, a cor do medo é negra!” (Gomes; Laborne, 2018, p. 4)”.

Neste escopo, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA aponta alguns dados que se fazem importantes para nossa análise. O Atlas da Violência de 2023, com dados do ano de 2021, apresenta os seguintes números relacionados à violência contra a Juventude e contra a População Negra:

Imagem 1 – Mapa da violência contra A Juventude



Fonte: IPEA (2023).

Neste sentido, se o estereótipo da/dos negras/os é marcado pela discriminação, é de se esperar que grande parte da violência contra os jovens, estes jovens que estão na escola, e os que estão fora dela (um outro tipo de violência) seja direcionado aos/às jovens negros e negras. Por isto, a importância do debate no contexto escolar.

Imagem 2 – Mapa da violência contra a população negra



Fonte: IPEA (2023).

Podemos ver como a Bahia desponta em número de homicídio de pessoas negras. Mas de que forma isto está imbricado com as Relações Étnico-Raciais na Escola? Ao ter uma legislação que garante o ensino, de modo a permear todo o currículo escolar, da história e cultura afro-brasileira, há então um movimento de garantia de direitos a existência e visibilidade de uma população historicamente silenciada e, por tanto, violentada simbolicamente ou concretamente, como aponta os dados do IPEA. Uma educação que assume seu papel político e transformador vai compreender que ações como esta, na Educação Básica, pode reverberar na inclusão e permanência de jovens negos, contribuindo para minimizar as diversas formas de violência que sofre esta população.

Ainda, pensando na interseção entre dos dados da violência contra a juventude e a violência contra a população negra, considerando que jovens negos são grandes vítimas de violências diversas, podemos dizer há um movimento de denúncia e buscar pela garantia a vida de qualidade desta população. Não é um movimento passivo, ainda que difícil de ser ouvido e atendido, há resistências, formas de sobrevivência e lutas.

A juventude negra tem publicizado a sua situação de violência. Essa denúncia tem alcançado diferentes fóruns e atores políticos que atuam em prol das questões juvenis, tais como, a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Encontro Nacional de Jovens Negros (ENJUNE), os coletivos negros partidários ou não, militantes orgânicos do Movimento Negro ou não e pesquisadores da temática da juventude. A pauta do extermínio da juventude negra vem se transformando de denúncia em luta por direitos (Gomes; Laborne, 2018, p. 4).

E onde fica a Educação Física neste processo? Em todo lugar do contexto/texto da nossa argumentação. Primeiro, a própria Lei 10.639/2003 direciona que o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira deve ser ministrado no âmbito de todo o currículo escolar, incluindo a Educação Física. Segundo, como apontamos em momentos acima deste texto, o corpo negro é marcado pelo estereótipo da discriminação e sendo a Educação Física um dos componentes curriculares que lidam com o corpo, pode ela reforçar tais preconceitos ou ser mobilizada de forma a problematizar as Relações Étnico-Raciais e contribuir para superação de preconceitos raciais.

Neste sentido, Machado e Pires (2016) ao discutirem sobre corpos destoantes nas aulas de Educação Física num município da Bahia – neste caso, de homossexuais –, apontam como este componente curricular que pode parecer um espaço/aula de maior liberdade corporal, por vezes, reafirma preconceitos socialmente construídos. “O corpo ainda é centro de relações de poder, instrumento de afirmação e negação (Machado; Pires, 2016, p. 370)”. Logo, é de se esperar que os corpos negros, estereotipados, marcados pelo racismo, também, sejam corpos destoantes e que vivenciem violências e silenciamentos nas aulas de EDF.

Neste contexto, Crelier e Silva (2018) ao realizarem uma pesquisa sobre africanidade e afrobrasilidade na Educação Física escolar nos diz, sobre o relato das pessoas que compuseram o universo da pesquisa, que:

Emerge da comparação das experiências de discriminação e percepções do racismo que a experiência e relações sociais entre negros e não-negros não são harmônicas. As narrativas destacadas revelam que as situações de racismo sofridas pelas jovens e seus colegas negros seguem atuais e recorrentes e não são invisibilizadas pela condição socioeconômica. O poder aparece como chave na construção das relações entre os diferentes personagens que aparecem nas histórias narradas – seja no olhar com “nojo” antes de se ignorar, seja no apelido racista, seja na leitura do corpo negro coberto por um uniforme de prestígio que não protege – como ações que materializam o racismo estrutural. Todas essas referências racistas, mais ou menos sutis, revelam como os domínios do poder se articulam na construção da humilhação, do silenciamento, do apagamento e da geografia dos corpos, cuja subalternidade e inferioridade foi inscrita em sua cor (Crelieir; Silva, 2018, p. 19).

Esta pesquisa nos traz relatos fortes da experiência de pessoas negras no universo da branquitude e como a Educação Física Escolar se localiza neste contexto. As autoras ainda afirmam que a maior das conclusões deste trabalho é que “[...] a história de subjugação e de violência extrema sofrida pelo negro no Brasil é uma história cíclica, que se repete, se reinventa, e extermina cada dia mais o povo preto (Crelieir; Silva, 2018, p. 18)”. Este é um forte e indigesto retrato da realidade de um país que se autoproclama igualitário, mas manifesta a violência do racismo estrutural nas mais diversas formas, incluindo a Educação Física na formação de jovens negras e negros.

Dito isto, precisamos avançar em estratégias pedagógicas que possibilitem a consolidação da Lei 10.693/2003, notadamente na Educação Física, uma vez que é neste componente que centramos nossas análises.

[...] o fato de entender que a investigação sobre as relações étnicas recai diretamente sobre o debate de desigualdades sociais, e que essas análises são necessárias para avançar com as discussões acerca do racismo e injúrias raciais no país. Portanto, percebemos que a Educação Física já dispõe de evidências de estudos que corroboram com o trabalho das relações étnico-raciais no âmbito escolar, e que essas questões poderão colaborar para a formação crítica e social dos estudantes, que estão imersos na vasta diversidade cultural do Brasil (Marques; Magalhães, 2022, p. 12).

Desta forma, por todos os argumentos e referenciais que apresentamos, preconizamos o debate de que apesar da legislação apresentar importante avanço para superação do racismo estrutural presentes em nossa sociedade, é preciso que isto se materialize nas práticas e planejamentos pedagógicos dos docentes e em todas as ações da comunidade escolar. Neste universo, se insere a Educação Física como importante componente curricular, que lida com o corpo e as práticas corporais, para problematizar as Relações Étnico-Raciais e superação de estigmas, estereótipos que invisibilizam e violentam os corpos negros.

## 4 O FUTEBOL COMO FENÔMENO SOCIOCULTURAL MULTIFACETADO

### 4.1 O ESPORTE FUTEBOL NO PROCESSO HISTÓRICO

O esporte futebol, tal como o conhecemos hoje, tem suas origens na Inglaterra. De acordo com Scaglia (2003), embora existam registros de jogos semelhantes em diferentes culturas ao longo da história, foi na Inglaterra que o futebol começou a ser desenvolvido. O registro de jogos com características similares ao futebol remontam às civilizações antigas, como os chineses, egípcios, além dos romanos e os gregos (Scaglia, 1999). No entanto, o desenvolvimento do futebol como um esporte moderno institucionalizado começou a tomar forma durante o século XIX.

Durante os séculos XVI e XVII, uma variedade de jogos de bola com os pés eram praticados em diferentes regiões da Inglaterra, inclusive em Londres. Esses jogos eram muito disputados pelas classes populares e muitas vezes envolviam centenas de jogadores, eram regidos por tradições locais. Sendo assim, possuíam regras variáveis dependendo da localidade aonde estava sendo praticado o jogo.

Para tornar-se o esporte que conhecemos hoje, Betti (1993, p. 45) esclarece que:

A burguesia emergente tomou emprestado às classes populares algumas formas desportivas rudimentares (o futebol, por exemplo) e da aristocracia, além disso, padrões de comportamento: a "conduta não-cortês" era terminantemente rejeitada, as convenções e a etiqueta, nos campos de jogos, eram observados ainda mais rigorosamente do que as regras do jogo, aí está a origem do "fair play".

No entanto, o marco mais significativo na história do futebol ocorreu no século XIX com a sistematização das regras e a formação dos clubes. Em 1863, foi fundada a Football Association (FA), a primeira associação de futebol do mundo, com o objetivo de estabelecer regras padronizadas, consideradas oficiais, para o jogo. Para melhor compreensão, Scaglia (2003, p. 25) diz que:

Foi na famosa reunião do dia 26 de outubro, na Taberna dos Maçons Livres, na Great Queen Street, em Londres no ano de 1863, que se deu a emancipação definitiva do futebol, com a consolidação e aceitação – por convenção - de suas regras pela maioria dos jogadores. Apenas os representantes da Universidade de Rugby não concordaram - para o bem do esporte Rugby que se emanciparia anos depois.

A popularidade do futebol cresceu rapidamente ao longo do final do século XIX, e o esporte ultrapassou fronteiras, chegando a outros continentes. De acordo com Betti (1993), essa exportação ocorreu, em grande medida, em decorrência dos marinheiros, comerciantes, missionários, administradores e colonos ingleses espalhados pelo mundo. No livro, Futebol ao Sol e à Sombra, Galeano (2013, p. 35/36) descreve com maestria como esse processo ocorreu, afirmando que “em plena expansão imperial, o futebol era um produto de exportação tão tipicamente britânico como tecidos de Manchester, as estradas de ferro, os empréstimos do banco Barings ou a doutrina do livre comércio”.

Atualmente, o futebol é o esporte mais popular do Brasil, com milhões de pessoas praticando esta modalidade esportiva em diversos espaços, como as escolas, clubes sociais e esportivos, parques, praças e, principalmente nas ruas das periferias das cidades espalhadas por todo o país (IBGE, 2017). De acordo com a Confederação Brasileira de Futebol (2018), existem em nosso país mais de sete mil clubes de futebol registrados, entre profissionais e amadores, bem como trezentos e sessenta mil atletas vinculados. Destes, 96% são do gênero masculino e 4% do gênero feminino. Também, com números expressivos de torcedores, o país notabilizou-se por desenvolver jogadores e jogadoras com talentos incríveis que brilham imensamente em inúmeras competições em todo o mundo, em virtude das habilidades, criatividade e paixão demonstrada pelo jogo.

Mas, como foi o início de toda essa história? Considera-se, em grande medida, o final do século XIX como o momento em que o futebol desembarcou pela primeira vez em terras brasileiras, mas precisamente em 1894, quando o jovem paulistano Charles William Miller, de descendência inglesa, desembarcou em São Paulo após ter estudado por dez anos na Inglaterra, na Banister Court School, de Southampton. Lá, Miller teve contato com o esporte, trouxe consigo as primeiras bolas, chuteiras, uniformes e regras para dar continuidade a prática do futebol na sua terra natal (Scaglia, 2003).

Assim, a literatura, de forma mais expressiva, atribui a Charles Miller o grande feito de ter inserido o futebol no Brasil.

O futebol foi transplantado para o Brasil por Charles W. Miller, um brasileiro de origem inglesa. Aos dez anos de idade, Miller foi enviado à terra de seus pais para frequentar a escola. Quando voltou a São Paulo, em 1894, trouxe em sua mala uma bola de futebol. Para difundir o futebol entre os ingleses, que viviam em São Paulo e jogavam cricket, Miller entregou-se a uma fervorosa atividade de missionário. O primeiro círculo que cultivou o jogo numa forma organizada foi formada por sócios de um clube inglês - o São Paulo Athletic Club [...] o clube reunia altos funcionários ingleses da Companhia de Gás, do Banco de Londres e da São Paulo Railway (Rosenfeld, 1973 *apud* Caldas, 1990, p. 22-23).

No entanto, a chegada do futebol no Brasil envolve diferentes personagens e certas divergências em relação a quem de fato teve o pioneirismo em apresentar e introduzir o esporte bretão em nosso país. Nesse caso, destacamos dois personagens que ilustram de certa forma a história do nosso futebol: Charles Miller e Oscar Cox.

Assim como Miller, o carioca Oscar Cox tinha ascendência europeia, o pai era inglês e sua mãe brasileira nascida no Rio de Janeiro. E as semelhanças não param por aí, Cox estudou fora do Brasil, mais precisamente na Cidade de Lausanne, na Suíça, retornando para o Rio em 1897 e trouxe na junto com ele uma bola (Pereira, 1998). A partir desse momento Pereira (1998, p. 11) informa que “Cox passou a agitar uma boa parte da juventude estudantil carioca, promovendo jogos e tentando despertar em seus amigos o interesse pelo novo esporte”.

Neste sentido, é importante ainda destacar que:

[...] o futebol já era conhecido no Rio de Janeiro - não só nos clubes formados por ingleses, onde era praticado no há mais tempo, mas também nas exibições de marinheiros estrangeiros na região do cais do porto ou em sua prática esporádica em colégios elegantes (Pereira, 1998, p. 11).

Assim, a similaridade do percurso realizado por Miller e Cox é reveladora em relação ao surgimento do futebol no Brasil. Ambos eram membros da elite urbana do país, e a disseminação inicial do futebol estava, em grande parte, associada a essa

classe social privilegiada que tinha contato com a cultura europeia, particularmente, a britânica. Outrossim, Pereira (1998, p. 13) cunhou esse momento do futebol como uma espécie de celebração da identidade britânica e nos apresenta o grande Mário Filho que caracteriza esse período da seguinte forma: “era uma época que se podia chamar de branca, não havendo lugar no jogo para negros e pobres”.

Ademais, naquele momento, eram excluídos do esporte os pretos, os pobres e, evidentemente, as mulheres. Ou seja, as minorias historicamente marginalizadas em nossa sociedade. Percebemos que desde muito a interseção de marcadores sociais de opressão, destaque: raça, gênero e classe social – sempre estiveram entranhados em nossa sociedade e, no caso do futebol, não é diferente. Não podemos nunca esquecer que a escravização do povo negro em nosso país, produzido pelos colonizadores europeus, perdurou por quase 350 anos e findou em 1888, perpetrando posturas racistas até os dias atuais, inclusive no futebol.

#### 4.2 ESCOLA, FUTEBOL E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR BRASILEIRA

A ideia de que a Escola compõe uma parte indispensável e fundamental da vida social e cultural já foi expressa e está amplamente difundida. Agora, falamos em particular na Educação Física, buscando seguir o que propõe Pimenta (1997) sobre os três saberes que devem ser articulados entre si para gerar o ensino-aprendizagem: o saber da matéria, o saber pedagógico e o saber da experiência.

Outra referência na qual buscamos nos basear é o texto “Finalidades Educativas Escolares e Escola Justa: a abordagem pedagógica da diversidade social e cultural”, de autoria de José Carlos Libâneo e Eliane Silva. Nele, os autores apresentam algumas finalidades da escola, dilemas em relação à definição das funções da escola, discorrem sobre escola socialmente justa e à diversidade sociocultural.

Neste quadro teórico articulado às experiências cotidianas, compreendemos que a finalidade clássica da escola é a formação cultural e científica dos alunos,

contudo a elaboração de tais finalidades depende de questões sociais e políticas de instituições governamentais, empresariais, profissionais, expressando interesses e relações de poder em âmbito internacional, nacional e acadêmico. Diante disto, ocorrem dilemas em relação à definição das funções da escola: instrução ou socialização; educação geral ou qualificação profissional; formação de valores conservadores individualistas ou valores coletivos de justiça, de escolarização ou atendimento à diversidade cultural.

É sabido que as finalidades educativas das escolas no mundo e, particularmente no Brasil, estão diretamente vinculadas à ingerência de organismos e agências internacionais, como o Banco Mundial, influenciando fortemente que a escola esteja voltada para a formação para o trabalho. A literatura aqui levantada mostra um contraponto desta visão através dos educadores críticos que buscam conduzir suas práticas pedagógicas em torno de uma escola socialmente justa voltada para a emancipação dos sujeitos. Não é possível conceber uma escola justa sem levar em conta a diversidade sociocultural e as formas de lidar política e pedagogicamente com ela.

Segundo Charlot (2005), a escola democrática é a que possibilita aos jovens adquirir saberes e competências cognitivas, intelectuais e que desenvolvem sentidos para suas vidas. Nesta perspectiva, o estudante da escola pública que, em sua imensa maioria, é formada por mulheres, negros, pobres periféricos e cuja necessidade básica é a sobrevivência material, tem que ter assegurado seus direitos à educação escolar de qualidade e o respeito às diferenças.

Dito isso, é fundamental adotar um currículo aberto, plural que contemple e garanta as diferentes culturas e, desta forma, permita interpretações por parte do professor, tendo por base o contexto local onde a escola está inserida e a realidade concreta vivida pelos alunos em suas práticas cotidianas na família e na comunidade.

Buscando trazer o contexto em que estou inserido, digo que trabalho em duas escolas da periferia do município de Camaçari, que está situada na região metropolitana de Salvador. Estas unidades escolares são compostas, em sua imensa maioria, de estudantes carentes e negros, sendo suas famílias oriundas de

diversas regiões do estado, composta por diversas culturas marcantes, como a do povo cigano. Outro aspecto bem significativo e presente é a questão da diversidade religiosa, temos desde católicos, evangélicos, a religiões de matrizes africanas como Candomblé e umbanda.

Estas características proporcionam uma grande diversidade cultural que, ao mesmo tempo em que enriquece a comunidade escolar, apresenta também desafios importantes para todo corpo docente e não docente, no que diz respeito à implementação de práticas pedagógicas que, verdadeiramente, sejam desafiadoras, inclusivas, diversas e que desenvolva a autoestima, a autonomia e a cidadania plena.

Diante deste cenário, acreditamos que se faz necessário que a temática da diversidade cultural faça parte do currículo escolar comum, interposto nos próprios conteúdos escolares e não num currículo paralelo de forma isolada, pontual e descontinuada. O esforço educativo, então, consiste em possibilitar às novas gerações um conhecimento que as permita “sentir-se em casa no mundo”, essa é a tarefa sociopolítica mais importante da Educação Física escolar (Fensterseifer; González, 2009, p. 14).

Desta forma, acredito ser imperativa a necessidade de formação continuada efetiva dos docentes. Uma formação que discuta, questione, reflita e prepare os docentes para extrair o melhor da BNCC, considerando o Projeto Político Pedagógico das escolas, as questões locais (escola e comunidade), as particularidades das infâncias, juventudes e adolescências, das culturas existentes e, evidentemente, das condições objetivas de trabalho que todos nós estamos submetidos.

Conforme o cenário aqui apresentado, fica evidente que estamos diante de um enorme desafio concernente a organização e sistematização da Educação Física no ensino básico. Tudo isso visando à busca da autonomia, criatividade, criticidade e do desenvolvimento da ética, da empatia e humanidades dos nossos educandos.

Ainda precisamos falar sobre o contexto escolar e o futebol neste espaço. Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Finais, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se

apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas. As mudanças próprias desta fase da vida implicam à compreensão do adolescente como sujeito em desenvolvimento, com singularidades e formações identitárias e culturais próprias que demandam práticas escolares diferenciadas, capazes de contemplar suas necessidades e diferentes modos de inserção social (Brasil, 2015).

Nesta cena, a Educação Física é o componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história. É fundamental frisar que a Educação Física oferece uma série de possibilidades para enriquecer a experiência das crianças, jovens e adultos na Educação Básica, permitindo o acesso a um vasto universo cultural (BNCC, 2015).

A Educação Física Escolar possui saberes específicos a ensinar, distinguindo-a das demais disciplinas que, se não forem tematizados por ela, podem deixar lacunas e resultar em prejuízos na formação dos estudantes (Brasil, 2015). A cultura corporal de movimento apresenta uma infinidade de práticas corporais diversificadas e ricas. Juntamente com as demais disciplinas que compõem o currículo escolar, a educação física busca a formação integral do aluno, objetivando torná-los seres humanos críticos e socialmente responsáveis. Portanto, negar aos estudantes acesso a estes conhecimentos é perder a oportunidade de enriquecer a própria vida. É uma atividade humana desenvolvida no contexto da prática educacional, portanto é necessária à formação social e politicamente referenciada do indivíduo, pois faz parte do acervo cultural produzido historicamente pela humanidade (Coletivo de Autores, 1992).

Para Darido (2007) o futebol é comumente um dos conteúdos mais aceitos e vivenciados pelos estudantes durante as aulas de Educação Física nas escolas. Esporte que está fortemente carregado de sentido e significados culturalmente construídos, bem como de tendência de reprodução dentro da escola, originando o esporte na escola, ao invés do esporte da escola.

Além de ensinar a todos e ensinar bem, a tarefa educacional supõe preparar sempre para algo mais que a atividade específica da escola. “Quem aprende futebol

pode desenvolver um acervo de habilidades bastante diversificado, podendo aproveitar essas habilidades em muitos outros esportes” (Freire, 2011, p. 09), estimulando a convivência em grupos, a discussão, construção e modificação das regras, com rica contribuição para o desenvolvimento moral e social do sujeito.

O futebol é um Esporte Coletivo, desta forma, apresenta duas competências básicas para a aprendizagem: a inteligência, compreendida como a capacidade de adaptar as dinâmicas do jogo para resolver os problemas que surgem, e a cooperação vista como a necessidade que o jogador do Esporte Coletivo tem de combinar suas ações com os objetivos do grupo. Nesse sentido, jogar bem não seria apenas executar de forma eficiente um conjunto de técnicas, mas, além disso, contribuir de forma cooperativa e inteligente para o sucesso do empreendimento coletivo (Daolio, 2002).

O futebol é o conteúdo que está mais presente na Educação Física Escolar em nosso país. O futebol ensinado nas aulas pode proporcionar aprendizagens significativas para as alunas e alunos, independente dos atributos do saber jogar, no sentido mais técnico e tático, que normalmente é desenvolvido e estimulado fora do ambiente escolar. Nas escolas a temática do futebol deve acontecer de forma sistematizada em todas as suas potencialidades, contemplando as dimensões conceitual, atitudinal e procedimental e não apenas o jogar livremente.

Portanto, não basta apenas constatar a presença das meninas e dos meninos habilidosos nas aulas de Educação Física, notadamente na temática do futebol nas escolas, mas parece ser imperativo organizar e sistematizar seu currículo para que possa, deste modo, contribuir significativamente com o propósito maior do professor de Educação Física que é ensinar o aluno a “ler o mundo” para poder transformá-lo.

#### 4.3 O FUTEBOL E A EDUCAÇÃO FÍSICA: DRIBLANDO OU PASSANDO PRECONCEITOS

Neste capítulo buscaremos aprofundar o debate sobre a relação entre o futebol, a Educação Física Escolar e os valores culturais historicamente perpetrados nesta cena, tentando apontar possíveis superações e/ou manutenção das questões que se articulam com nossos conceitos centrais.

A história do racismo no futebol brasileiro é complexa e envolve uma série de fatores históricos, sociais e culturais. O racismo é profundamente enraizado na sociedade brasileira, resultado da herança da escravidão e da exploração colonial. Essa herança teve um impacto significativo na forma como o futebol se desenvolveu no país e como as pessoas negras foram tratadas nesse contexto.

Durante o período colonial e pós-abolição da escravatura, as pessoas negras enfrentaram enormes barreiras e foram marginalizadas em várias áreas da sociedade, incluindo o esporte. No início, o futebol era celebrado apenas pela elite da sociedade brasileira, principalmente por jovens brancos da classe alta que frequentavam os clubes sociais, em sua quase totalidade, de origem europeia, notadamente britânica e, portanto, tinham contato com os estrangeiros e suas influências culturais.

Desse modo, Caldas (1990, p. 24) destaca todo este processo da seguinte forma:

Há que se destacar, porém, que boa parte da trajetória inicial do futebol no Brasil possui um caráter elitista e, dificilmente poderia ser de outra forma. Os ingleses, precursores desse esporte em nosso país, faziam parte da elite da sociedade paulista e carioca; além deles, somente os brasileiros ricos tinham acesso à prática do futebol.

O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, em 1888. A exploração e o tratamento desumano junto à população negra durante a época escravocrata deixaram marcas profundas na sociedade e nas raízes raciais. Após a abolição, a imensa maioria de negros libertos foram relegados à pobreza e à marginalização social, produzindo uma gritante desigualdade socioeconômica, que por conseguinte inviabilizou o acesso de pessoas negras e pobres a oportunidades educacionais, esportivas e de toda ordem, consolidando assim um sistema de discriminação enraizado e institucionalizado.

Neste período várias foram as atitudes tomadas pela elite branca racista com o intuito de impedir o acesso e a participação dos negros no futebol. Fato descrito com perspicácia, vejamos:

As ligas organizadoras propuseram medidas como: exigência de atividade amadorística pura, provada por meio do exercício de uma profissão ou posse de uma fortuna, e obrigatoriedade de assinatura na súmula, quando,

na sua maior parte, os jogadores das classes pobres eram analfabetos (Darido; Souza Júnior, 2007, p. 30).

Para Santos (2021, p. 18), há na história do futebol no Brasil a premissa de que ocorre uma ascensão dos negros neste seguimento e inserção das mulheres no esporte fundamentadas pela democracia racial. “No entanto, flagra-se a falsa democracia, observando-se que a mulher não é uma categoria universal e o racismo prossegue com força nesta sociedade”.

O conceito de democracia racial no Brasil refere-se à crença de que as relações raciais no país são harmoniosas e igualitárias, mesmo diante das profundas desigualdades e do racismo estrutural que persistem na sociedade brasileira. Essa ideia foi propagada com muita pompa durante boa parte do século XX, tendo sido incorporado pelo jornalista e escritor Mário Filho em seu clássico livro, *O Negro no Futebol Brasileiro* (2010).

O futebol desempenhou um papel significativo na construção dessa narrativa de democracia racial, pois era apresentado como um espaço em que a mistura racial e cultural estaria em pleno funcionamento, onde todos teriam a mesma chance de sucesso independentemente da origem étnica. No entanto, essa ideia está em total desacordo com a realidade concreta vivenciada por muitos jogadores negros e pobres que enfrentam preconceitos, exclusão e racismo.

Apesar da imagem do Brasil como sendo uma nação harmoniosa ser promovida internacionalmente, a história antiga e atual, bem como as estatísticas atuais alarmantes, evidenciam uma realidade muito diferente: exclusão histórica nos indicadores de educação, saúde e emprego; violência policial e encarceramento em massa; enfrentam sub-representação no futebol em posições de liderança e gestão, tanto em clubes quanto em instituições esportivas e manifestações explícitas de racismo nos estádios de futebol.

O futebol não escapou das manifestações de racismo, como insultos e agressões dirigidas a jogadores negros durante as partidas. Esses fatos demonstram que os preconceitos raciais persistem no esporte e não podem ser ignorados, apesar da retórica de igualdade.

Para uma melhor compreendermos a dimensão desse problema, o Observatório da Discriminação Racial do Futebol entidade que luta contra a discriminação racial e, que tem como premissa monitorar acompanhar e noticiar os casos de racismo no futebol brasileiro divulgou em 2022, o 8º Relatório de Discriminação Racial no Futebol.

Para a produção do relatório foram coletados dados da mídia nacional e internacional, através de sistemas de monitoramento e acompanhamento dos dados referente a incidentes racistas e discriminatórios noticiados nos veículos de comunicação. Estes números são, portanto, um indicativo de um problema ainda mais amplo. Afinal, nem todos os casos de discriminação são divulgados, e, desse modo, é possível presumir que há uma subnotificação dos registros. O relatório apresentou incidentes discriminatórios ocorridos no Brasil, durante o ano de 2021, no futebol e em outros esportes.

Desta forma, ocorreram cento e trinta e sete casos no Brasil e, deste, cento e nove refere-se ao futebol, sendo representado da seguinte forma: Racismo 64 casos (58,7%); LGBTfobia 24 (22,1%); Machismo 15 (13,7%) e Xenofobia 06 (5,5%). As vítimas desses atos de discriminações e preconceitos foram: atletas, árbitros, torcedores, funcionários dos estádios, membros de comissões técnicas e da imprensa esportiva e familiares de atletas.

Estes dados explicitados revelam que os incidentes ocorridos nos estádios nada mais são do que o espelho de nossa sociedade machista, homofóbica e racista. Não devemos apenas fiscalizar e estarmos atentos ao que acontece dentro do esporte. Micro agressões acontecem ao nosso lado todos os dias, em casa, no trabalho e no cotidiano escolar nas aulas de educação física, as quais normalizamos em inúmeras vezes.

Diante desse cenário o ministério do Esporte lançou em 2023 o Programa Esporte sem Racismo contendo uma série de iniciativas voltadas ao combate ao racismo e a quaisquer formas de descriminação no esporte. Para a efetivação do programa se faz necessário o envolvimento de várias entidades da sociedade civil e órgão de governo.

Foram sugeridas uma série de ações para serem implementadas a partir de 2023, como: implementação de processos formativos para atletas, gestores, árbitros, equipes técnicas e outros; criação de selo e de prêmio para entidades antirracistas; oferta de assistência psicológica para atletas negros/as; publicações de cartilhas, cursos online, seminários e outros; mobilização de torcidas organizadas para ações unificadas; cooperação Governo Federal-CBF para combater à violência nos estádios; dispositivos antirracistas nos programas de esporte educacional mantidos pelo Ministério do Esporte entre outros.

Por fim, todo esse somatório de esforços desprendido alcançará uma maior eficiência, eficácia e grandiosidade, na medida em que:

Na formulação de ações para o Programa Esporte sem Racismo, é fundamental atentar para as especificidades das populações vitimadas não apenas pelo racismo estrutural, mas também pelo patriarcado, pelo capacitismo, pelo idadismo, pela gordofobia e outras violências. O atendimento desses segmentos na implementação das medidas previstas no Programa ou a elaboração de iniciativas específicas devem acontecer a partir de processos de audição e diálogo (Brasil, 2023, p. 40).

Segundo Santos (2021, p. 35), o país foi se estruturando de tal modo que se naturaliza a desigualdade racial, pelo fato de a desigualdade social ser de teor racial. “Desta maneira, raça, gênero e classe se interseccionam – e o conceito de interseccionalidade melhor se encaixa para tais compreensões”. Assim, compreender as relações entre o futebol e as relações étnico-raciais na escola se mostra como um complexo empreendimento que pode e deve ser analisado a partir da multiplicidade de fatores que conformam e entrelaçam estes fenômenos socioculturais.

## 5 FUTEBOL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS PLANEJAMENTOS DE PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

### 5.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

A trajetória metodológica desenhada para a consecução deste trabalho foi, antes de tudo, pensada como provisória e resultante do exercício do possível, pois não se habilitou a construir uma instância definitiva sobre o fenômeno aqui estudado, qual seja, o ensino do futebol e as implicações étnico-raciais no planejamento de ensino dos anos finais do ensino fundamental no componente curricular Educação Física.

Nessa perspectiva, os caminhos metodológicos estão diretamente relacionados ao modo como o pesquisador olhou para o contexto social, percebendo os seus problemas e as articulações com as possíveis respostas. A possibilidade de se pesquisar, produzir e difundir conhecimento nesta ótica se alimenta, basicamente, dos avanços teóricos advindos dos estudos das ciências sociais e humanas, que abrem possibilidades de se adentrar em diferentes portais de compreensão sobre o estudo de um fenômeno de investigação, considerando suas diversas conexões.

O paradigma de entendimento, que ora propomos, não se atém simplesmente a observar e a buscar a estabilidade constante dos fenômenos. A preocupação primeira recai sobre a necessidade de se dedicar “à análise dos significados que os indivíduos dão às suas ações, no meio ecológico em que constroem suas vidas e suas relações, à compreensão dos sentidos dos atos e das decisões dos atores sociais” (Chizzotti, 1998, p. 78).

Por isso:

O objeto das Ciências Sociais é histórico. Isto significa que as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas. Vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído. Portanto, a provisoriedade, o dinamismo e a

especificidade são características fundamentais de qualquer questão social (Minayo, 2009)

Ressaltamos que a opção metodológica deste estudo não se estabeleceu a partir da expectativa quantitativa de respostas. Pelas características da investigação pretendida, não houve aqui a preocupação exacerbada de se desenvolver teorias de universalização imediata dos resultados na realidade, como o fazem as pesquisas quantitativas. O interesse aqui reside na realidade social que corta o fenômeno em estudo, onde o depósito epistemológico recaiu mais sobre a generalização analítica (aprofundar teorias) que sobre a generalização estatística (enumerar frequências), que geralmente estão preocupadas em buscar a replicação teórica dos conceitos emergidos.

Portanto, o perfil desta investigação tendeu muito mais a perguntar que a responder, a suspeitar que a concluir, a interrogar que a afirmar, exatamente porque se alimentou da provisoriade do conhecimento científico, do reconhecimento de suas limitações e, principalmente, da capacidade de se aproximar do fenômeno numa perspectiva de escuta sensível, muito mais aberta a aprender com o real, que a apreendê-lo em suas multidensões, ou, na perspectiva do que aponta Macedo (2004), para o caráter ainda de construção destas premissas no estudo, entendendo que haverá sempre um acabamento precário, provisório.

## 5.2 ABRANGÊNCIA E DELINEAMENTO DO ESTUDO

O universo escolhido para este trajeto investigativo, tem como recorte espacial investigativo a Secretaria Municipal de Educação (SMED) de Camaçari/Ba, localizada na região metropolitana de Salvador, através da Diretoria Pedagógica (DIPE), que viabilizou o acesso aos planejamentos de curso da disciplina Educação Física, documentos públicos que foram objeto do nosso olhar.

O município de Camaçari, fonte dos dados pesquisados, faz parte da região metropolitana de Salvador e conta com uma rede escolar formada por 101 unidades. Dessas, 31 escolas têm a oferta da disciplina Educação Física nos anos finais do

ensino fundamental. Com o *permit* da Secretaria Municipal de Educação, todas as escolas, com turmas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, foram comunicadas e procuradas presencialmente para que autorizassem o acesso ao planejamento anual do referido componente curricular, tendo sido facultado às mesmas a entrega por meio eletrônico ou físico, através de documento impresso. Ao final do tempo estipulado para resposta das unidades escolares ao chamado, tivemos o retorno de 15 escolas com o envio dos planejamentos.

A partir de uma abordagem qualitativa do fenômeno em estudo (Minayo, 2009), delineou-se uma pesquisa documental (Lima Júnior, Oliveira, Santos e Schnekenberg, 2021; Sá-Silva, Almeida e Guindano, 2009; Cellard, 2008), de caráter descritivo (Gil, 2008). A pesquisa documental de abordagem qualitativa busca analisar e compreender o sentido dos fenômenos pesquisados para propor soluções para a problemática investigada (GIL, 2008)., buscando indícios do fenômeno em estudo em documentos que ainda não foram submetidos a um tratamento analítico ou que ainda podem ser relacionados em conformidade com os objetos da pesquisa (IDEM). Assim, foi realizada a análise documental dos Planos de Ensino Anual de Educação Física das 15 unidades escolares dos anos finais do ensino fundamental que nos enviaram documentos solicitados.

Compreendemos que os dados da pesquisa, materializados na construção dos documentos oficiais da rede de ensino em estudo, protagonizam o que Franco (2008, p. 20 *apud* Moraes, 2011, p. 101) entende ser as:

Condições contextuais que envolvem a evolução histórica da humanidade; as situações econômicas e socioculturais nas quais os emissores estão inseridos, o acesso aos códigos linguísticos, as expressões verbais (ou mensagens) carregadas de componentes cognitivos, subjetivos, afetivos, valorativos e historicamente mutáveis. Sem contar com os componentes ideológicos impregnados nas mensagens socialmente construídas [...].

Desta forma, fizemos uma análise dos dados produzidos, identificando temas, categorias e tendências relevantes relacionados ao objeto pesquisado. Junto aos planejamentos levantados, buscou-se analisar as relações presentes entre o conteúdo futebol e as relações étnico-raciais para as aulas planejadas. Assim, ao nos debruçarmos sobre os planejamentos pedagógicos dos professores e professoras de Educação Física, buscamos evidenciar a presença ou ausência do relacionamento do conteúdo futebol com o debate das relações étnico-raciais.

Para efeito de categorização dos dados analisados, dividimos os achados em 3 categorias: 1) menção ao conteúdo futebol, onde se buscou atestar a presença ou ausência desse conteúdo no planejamento, bem como a natureza da presença, quando ocorrida; 2) menção às questões étnico-raciais, também na perspectiva de entender a presença ou ausência e a forma como se propunha o encaminhamento desse debate; e 3) relação entre futebol e questões étnico-raciais, na tentativa de caracterizar as pontes, quando ocorridas, entre essas duas variáveis, bem como atestar a ausência da mesma quando detectada.

Essa sistematização buscou organizar os elementos dos planejamentos que apresentam a relação entre o conteúdo Futebol e as questões étnico-raciais nas aulas de Educação Física. Para efeito ilustrativo nomeamos os planejamentos investigados, como forma de aumentar a visibilidade e homenagens os negros e negras de relevância na luta antirracista dentro do futebol, de cada Unidade Escolar (UE). Nas UE que apresentaram os planejamentos da disciplina Educação Física para o SEFAF encontramos algumas semelhanças nos achados que caracterizam algum tipo de convergência, no mínimo temática, para as questões em pauta neste estudo. Ao nos referirmos às UE sempre mencionaremos o Segmento Ensino Fundamental Anos Finais (SEFAF) completo ou incompleto para nos referir à presença ou ausência de todas as séries dessa etapa na UE em questão.

Num primeiro ato apresentamos uma análise individualizada de cada UE, tendo as categorias de análise como marcadores do debate. Num segundo momento, apresentamos um quadro síntese dos dados sistematizados, onde sistematizamos os pontos mais relevantes de cada UE em sua intersecção com as categorias de análise.

### 5.3 ANÁLISE INDIVIDUAL DAS UNIDADES ESCOLARES

Como mencionamos anteriormente, fizemos a opção de substituir os nomes oficiais das escolas por personalidades de referência no futebol e dentro do nosso debate.

### 5.3.1 - “BARBOSA”

Para o 6º ano, a disciplina de Educação Física propõe atividades que abordam diferentes esportes e práticas. Não há uma discussão direta sobre a relação entre futebol e racismo e o conteúdo está focado no desenvolvimento de habilidades físicas e comportamentais, incluindo esportes como voleibol, futsal, basquete, além de jogos e lutas. Para fazer uma análise sobre futebol e racismo, seria necessário introduzir um debate crítico que não está presente no documento.

Com essas leituras podemos ver que no futebol como fenômeno esportivo, a questão do racismo tem sido um problema global, com inúmeros episódios envolvendo preconceito racial contra jogadores, principalmente aqueles de ascendência africana ou afrodescendente. Esses episódios ocorrem tanto dentro de campo, com ofensas diretas de torcedores e até de colegas de equipe, quanto fora dele, na falta de representatividade e nas oportunidades desiguais.

Os esportes, e especialmente o futebol, são um reflexo da sociedade, e as tensões raciais que surgem no campo, muitas vezes, espelham desigualdades estruturais maiores. O combate ao racismo no futebol inclui iniciativas de conscientização, punições para atitudes racistas e programas de inclusão social, mas ainda é um problema persistente, exigindo esforços contínuos para erradicá-lo.

Se no contexto social o Futebol apresenta forte marca do racismo estrutural, podemos entender que o não aparecimento destas temáticas e as suas relações contribuem para o silenciamento deste problema social, indo em sentido contrário o que está nos documentos legais que garantem a o ensino de História e cultura Afro Brasileira, como a Lei 10.639/03, onde a temática citada deve ser ofertada de forma transversal no currículo escolar.

De um modo geral, o que vemos no planejamento é um olhar muito centrado da Capoeira e nas danças de matrizes africanas, em detrimento de outras práticas corporais e esportes, como o futebol, e a relação deste com a História e Cultura Afro Brasileira. O planejamento da Educação Física nesta escola apresenta em ponto específico a preocupação com a questão da singularidade de diversos aspectos culturais, quando afirma no “roteiro de atividades” que é objetivo “conhecer a diversidade cultural e tradicional das danças locais e regionais”.

Já no documento de planejamento do 7º ano de Educação Física foca em atividades voltadas para a prática de esportes e lutas, mas também apresenta uma proposta interessante de inclusão de temas culturais, como a Capoeira e a celebração do Dia da Consciência Negra. Embora o racismo no futebol não seja explicitamente abordado, o enfoque em atividades como a Capoeira e a Consciência Negra pode servir como ponto de partida para discutir questões raciais no esporte. Contudo, não conseguimos perceber a intenção em estabelecer tais relações.

E novamente vemos o reforço dado à Capoeira, como forma de destacar a importância do reconhecimento e da valorização das culturas afrodescendentes, reduzindo toda uma cultura a essa prática.

Em relação ao futebol, a conexão com o racismo poderia ser introduzida através de debates sobre casos atuais e históricos de racismo no esporte, análise de figuras importantes como Pelé, que enfrentaram preconceitos, e uma discussão sobre a falta de representatividade de pessoas negras em posições de liderança dentro do futebol (como técnicos e dirigentes). Além disso, o futebol pode ser usado como uma ferramenta pedagógica para promover o respeito às diferenças raciais e sociais, enfatizando a importância da diversidade no esporte.

Já o plano de atividades de Educação Física para o 8º ano tem foco em diversas práticas esportivas, como ginástica, esportes de quadra (futsal, vôlei, basquete, handebol), além de danças, jogos populares e lutas. Contudo, não há trato específico do futebol e racismo e/ou relações étnico-raciais.

Quanto à Educação Física para o 9º ano, incluindo tópicos como ginástica, esportes de quadra, danças, jogos e lutas. O documento enfatiza o desenvolvimento físico, a cooperação entre os alunos e o respeito pelas diferenças individuais, mas não trata diretamente do futebol, tampouco o racismo no trato desses esportes.

Algumas questões precisam ser levadas em consideração ao analisarmos os documentos deste texto, obviamente ficou claro que não há um trato específico, considerado do futebol como conteúdo da Educação Física e os imbricamentos entre as relações étnico-raciais e a materialização da Lei 10.639/03 com este esporte. Vimos que estas se apresentam muito através da dança, da capoeira e de momentos pontuais e festivos, também, às vezes, atravessadas nas questões de

identidades, cultura dos grupos, comunidades. Mas a própria forma de construção dos planos não nos permite olhar com aprofundamentos, mesmo sendo esta uma pesquisa mais panorâmica.

### **5.3.2 - “ROGER MACHADO”**

Os planos de ensino da “Roger Machado” (6º ao 9º ano) para aulas de Educação Física em dá ênfase no desenvolvimento de habilidades físicas, cognitivas e sociais. Um ponto relevante para a relação entre futebol e racismo aparece em várias unidades, como na menção aos "Destaques Negros nos Esportes" e na inclusão de conteúdos como capoeira, que são oportunidades para explorar questões de raça e diversidade no esporte. Embora o documento não aborde diretamente o tema do racismo no futebol, ele oferece bases para uma reflexão crítica sobre o papel da Educação Física na construção de um ambiente inclusivo e consciente.

A inclusão de figuras negras como parte dos conteúdos escolares indica uma oportunidade pedagógica de discutir a importância histórica de atletas negros no futebol e em outros esportes. Jogadores como Pelé, Didier Drogba, e muitos outros foram não apenas pioneiros no futebol, mas também enfrentaram preconceitos raciais ao longo de suas carreiras. O estudo desses atletas pode ser uma possibilidade que permite discutir o impacto do racismo e as lutas por igualdade no esporte. Contudo não vemos nada que sugira estas questões nos documentos analisados.

O documento oferece um apontamento para abordar a relação entre futebol e racismo no contexto escolar, especialmente ao valorizar os "Destaques Negros nos Esportes" e promover debates sobre questões sociais no esporte. O futebol, enquanto conteúdo e prática nas aulas de Educação Física, pode ser uma ferramenta eficaz para educar sobre o combate ao racismo e promover a inclusão e o respeito dentro e fora das quadras. Mas as questões étnico-raciais ainda se apresentam de forma superficial ou centralizada na capoeira e na dança de origem afrodescendente.

### 5.3.3 - “DILMA MENDES”

O documento da “Dilma Mendes” aborda o ensino de Educação Física como uma prática de inclusão, promovendo valores como respeito, convivência social e responsabilidade. Embora o documento não trate explicitamente da questão do racismo no futebol, ele apresenta diretrizes para o desenvolvimento social e ético dos alunos, além de encorajar a compreensão crítica sobre preconceitos, algo que é essencial para abordar questões de racismo.

As atividades e conteúdos programáticos mencionam jogos e esportes de maneira geral, incluindo o futebol, o que permite que temas como o racismo sejam abordados, especialmente ao explorar as “formas de produção dos preconceitos” e a importância de “combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes”. Isso cria espaço para discutir como o racismo, as relações étnico-raciais que permeia o esporte, incluindo o futebol, que é amplamente praticado no Brasil e tem um histórico de episódios racistas que impactam jogadores e torcedores.

Dessa forma, a estrutura do documento apresentado pode favorecer a criação de atividades de conscientização sobre racismo e discriminação no contexto esportivo, utilizando o futebol como um meio para debater preconceitos e fomentar o respeito e a inclusão dentro e fora das quadras.

O documento trata do planejamento curricular da disciplina de Educação Física para o Ensino Fundamental, em que temas como respeito, inclusão, e convivência social são centrais. Embora não haja uma menção explícita ao racismo, o planejamento aborda questões de preconceito e a promoção de atitudes éticas e respeitadas nas práticas corporais e esportivas. Há uma orientação para que os alunos reflitam criticamente sobre padrões estéticos e identifiquem os preconceitos nas práticas corporais, o que pode incluir atitudes discriminatórias observadas em ambientes esportivos, como o futebol.

Esse tipo de abordagem, ao incentivar a análise crítica dos modelos midiáticos e das posturas preconceituosas, abre caminho para discutir temas como racismo no

esporte, já que o futebol é um espaço culturalmente relevante e, muitas vezes, palco de manifestações racistas. Assim, embora o plano de curso não trate especificamente do racismo no futebol, ele promove valores que podem levar os alunos a reconhecerem e combaterem esse tipo de discriminação.

#### **5.3.4 – “GRAFITE”**

O plano de ensino de Educação Física da “Grafite” não aborda diretamente a questão do racismo no futebol ou em outras práticas esportivas. No entanto, ele destaca temas relacionados à pluralidade das manifestações culturais e o uso de práticas corporais como meio de integração entre diferentes grupos sociais, o que pode abrir espaço para discussões sobre diversidade e inclusão.

As competências focam em reconhecer e valorizar a diversidade das manifestações culturais corporais, o que inclui contextos em que o futebol reflete e enfrenta questões de preconceito racial e desigualdade. Isso permite que os alunos compreendam o futebol não apenas como um esporte, mas também como um espelho da sociedade e de suas complexidades culturais.

A metodologia propõe atividades como vídeos e leituras que poderiam incluir conteúdos sobre a luta de jogadores negros contra o racismo no futebol. Exemplos reais de discriminação e ações antirracistas poderiam fomentar reflexões sobre como o futebol pode ser um veículo para o combate ao preconceito.

A habilidade de discutir as transformações históricas dos esportes, mencionada para o 8º e 9º anos, poderiam incluir o racismo como uma dessas transformações, abordando a resistência e o protagonismo de atletas negros ao longo do tempo, contudo isso não aparece no documento. Para que o tema seja abordado de maneira mais explícita, seria benéfico incluir módulos ou atividades específicas que contextualizem o racismo no futebol, tanto no passado quanto no presente, incentivando os estudantes a refletirem sobre como atitudes e ações podem promover a igualdade e o respeito no ambiente esportivo e além dele.

### 5.3.5 - “TINGA”

O plano anual de Educação Física contém vários elementos que podem ser relacionados ao tema do racismo no futebol e outras práticas corporais. A análise dessas práticas, especificamente as ligadas à cultura afro-brasileira, destaca a importância de compreender e valorizar as contribuições de povos historicamente marginalizados.

O documento coloca grande ênfase em reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos. No contexto do futebol, um esporte global e popular no Brasil, isso significa entender que muitos jogadores e comunidades de origem africana e indígena têm contribuído significativamente para a história e o desenvolvimento do futebol no país. No entanto, estes mesmos grupos enfrentam, frequentemente, discriminação e racismo, tanto dentro quanto fora dos campos. Isso reflete a necessidade de uma educação que promova a valorização dessas culturas.

A capoeira, novamente, é mencionada como um importante elemento da cultura afro-brasileira, destacada no plano de ensino como patrimônio imaterial e uma prática de resistência durante o período da escravidão. Embora a capoeira não seja futebol, a forma como ambos os esportes lidam com questões raciais e de identidade é relevante. Assim como a capoeira foi usada pelos escravizados como resistência cultural, o futebol também pode ser visto como um campo onde questões de poder e preconceito são contestadas. Jogadores negros e indígenas frequentemente usam sua visibilidade no futebol para lutar contra a discriminação racial.

Ainda, o documento também menciona a necessidade de discutir as transformações históricas e o processo de "esportivização" e midiaticização das práticas culturais. No futebol, a midiaticização do esporte muitas vezes exacerba o racismo, com jogadores negros e de outras minorias sendo frequentemente alvo de ataques racistas tanto por parte da mídia quanto de torcedores. A compreensão histórica dessa evolução ajuda a contextualizar o racismo no futebol como uma questão sistêmica, não apenas individual.

Outro ponto importante no plano é o reconhecimento das formas de produção de preconceitos e a importância de combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais. No futebol, isso se traduz na luta contínua contra o racismo dentro dos estádios e nos meios de comunicação. Programas educacionais que ensinem sobre a origem e a diversidade das práticas esportivas podem ajudar a reduzir o preconceito racial no futebol.

Por fim, a análise deste plano de ensino evidencia um enfoque na educação física que visa promover a reflexão crítica sobre questões raciais, culturais e históricas relacionadas às práticas corporais. No contexto do futebol, é possível expandir esse debate para incluir a importância de combater o racismo, celebrando ao mesmo tempo as contribuições culturais de jogadores e grupos marginalizados. Essa abordagem educativa pode ser um instrumento poderoso para a transformação social e a construção de um ambiente esportivo mais inclusivo. Ainda assim, avanços precisam ser melhores elaborados no trato do futebol e das relações étnico- raciais para contribuir mais efetivamente com uma educação antirracista.

### **5.3.6 - “INEILDES CALHEIRO”**

O documento se concentra no planejamento das unidades de Educação Física para os alunos dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) desta escola, embora inclua atividades esportivas, como futsal, handebol e outras modalidades de invasão e ginástica, ele não traz diretamente temas como racismo ou questões sociais em torno do futebol. O foco é o desenvolvimento físico e a promoção de saúde, respeitando a individualidade e as capacidades de cada aluno.

Os objetivos são voltados para a compreensão de exercícios físicos, habilidades motoras, a lógica dos esportes e a ginástica de condicionamento físico. Em termos de práticas pedagógicas, o conteúdo enfatiza o movimento corporal e o desenvolvimento de habilidades técnico-táticas e não menciona diretamente discussões sociais ou culturais relacionadas ao racismo no esporte. O que vemos é um trato muito prático vinculado ao desenvolvimento motor sem um aprofundamento crítico das práticas corporais. O futebol e o racismo não são mencionados neste

documento, mostrando que ainda há muito que avançar em diversos sentidos para a formação de uma educação crítica que se pretende antirracista.

### **5.3.7 – “FORMIGA”**

O documento, "Plano Anual de Educação Física 2023", da Escola “Formiga” aborda a prática de atividades físicas e esportivas no contexto escolar, com o objetivo de promover a formação integral dos alunos. Ele explora o desenvolvimento físico e motor, a interação social, a diversidade cultural e a saúde, mas não aborda explicitamente o racismo no esporte ou o futebol em particular como um tema central.

No entanto, a análise permite observar como os princípios propostos podem servir como base para discutir questões de preconceito e inclusão. Em especial, o documento menciona valores como respeito mútuo, dignidade e solidariedade nas práticas da cultura corporal. Além disso, há um objetivo específico voltado ao respeito pela pluralidade de manifestações culturais e pela integração de diferentes grupos sociais e étnicos, o que poderia incluir atividades e discussões sobre o impacto do racismo no esporte, particularmente no futebol, considerando seu contexto de forte identificação cultural e social no Brasil. Não a menção ao futebol e muito menos relação deste com conteúdos étnico-raciais.

Para incluir o futebol e questões de racismo, a escola poderia propor atividades que tragam à tona o histórico e o impacto do preconceito racial no futebol brasileiro e mundial. Discussões sobre o papel dos jogadores negros, os desafios enfrentados por atletas de diferentes origens étnicas e como o futebol pode servir como meio de inclusão social seriam enriquecedoras para as aulas de Educação Física Escolar contribuindo para uma formação mais crítica dos educandos.

### **5.3.8 - “PRETINHA”**

No documento da Escola “Pretinha”, a disciplina de Educação Física apresenta atividades que enfatizam a motricidade, a cultura corporal e a qualidade de vida dos alunos do 6º ao 9º ano. Ao longo do ano, são trabalhados temas como xadrez, jogos pré-desportivos, handebol, futsal, basquetebol e voleibol, além de aspectos relacionados à saúde e à qualidade de vida, como alimentação saudável, sedentarismo, doenças cardiovasculares e primeiros socorros.

Embora o plano inclua o futsal e atividades pré-desportivas (como o futebol), ele não aborda explicitamente o racismo ou questões socioculturais em torno desses esportes. O foco do planejamento está na prática esportiva para o desenvolvimento motor, social e para a promoção da saúde dos estudantes. Dessa forma, o tema do racismo no futebol não é incluído como parte do conteúdo educacional previsto para as aulas de Educação Física.

Para introduzir discussões sobre racismo, a escola poderia explorar como o futebol tem sido um espaço tanto de exclusão quanto de resistência para atletas de diversas etnias. Atividades complementares, como debates, análises de biografias de jogadores negros influentes, estudos de casos históricos de discriminação racial no esporte e trabalhos sobre inclusão e diversidade, poderiam tornar o currículo mais abrangente e sensível às questões de igualdade racial.

### **5.3.9 - “SISSI”**

O documento fornecido contém um planejamento curricular para o ensino de Educação Física no ensino fundamental. O documento visa desenvolver habilidades que permitem aos alunos identificar preconceitos e discriminação dentro das práticas corporais. Há um foco explícito em problematizar estereótipos e preconceitos, não apenas em esportes, mas em todas as práticas corporais, o que inclui o futebol, frequentemente associado a questões de racismo.

A reflexão crítica sobre a prática esportiva incentiva a discussão de estereótipos, visando à construção de uma visão inclusiva e livre de preconceitos no ambiente esportivo escolar. Isso é significativo, pois o futebol, sendo um dos

esportes mais praticados, acaba muitas vezes expondo questões raciais devido à sua popularidade e ao grande número de participantes de diferentes origens étnicas.

O plano também destaca a importância de respeitar e valorizar as diferentes culturas presentes nas práticas esportivas, incluindo o futebol. Essa abordagem contribui para a formação de uma mentalidade que respeita a diversidade e combate o racismo, especialmente considerando que o futebol é uma prática que historicamente reflete a diversidade étnica e cultural. O futebol é reconhecido como parte da identidade cultural de muitos povos, e o currículo enfatiza que as práticas esportivas, incluindo o futebol, devem ser um meio de valorização dessa identidade, promovendo a inclusão e combatendo discriminações.

Em resumo, o documento curricular utiliza o esporte como uma plataforma educativa para combater o racismo e promover a diversidade e o respeito cultural. As atividades práticas e teóricas no contexto do futebol e de outros esportes buscam proporcionar um ambiente inclusivo, reforçando valores de solidariedade e justiça social.

#### **5.3.10 - “MARTA”**

O planejamento a nós enviado detalha o que será tratado na Educação Física, focando em diversos temas e modalidades esportivas. No contexto do futebol, especificamente, é abordada sua história, regras e fundamentos, enquanto a análise do racismo, como um aspecto transversal e social do esporte, poderia ser inferida a partir dos objetivos pedagógicos mencionados, embora não apareça de forma explícita no documento.

O planejamento enfatiza a importância de discutir a história do futebol e suas regras, temas comuns para contextualizar os alunos na prática esportiva. A abordagem da história do futebol pode incluir a evolução das práticas e como o esporte reflete as dinâmicas sociais, incluindo o racismo. Explorar as origens do futebol e a participação de diferentes grupos étnicos pode servir para evidenciar barreiras históricas e o desenvolvimento de uma cultura mais inclusiva.

Ainda, o planejamento também aborda o desenvolvimento de valores sociais como a cooperação, solidariedade e o respeito mútuo, que são competências essenciais para enfrentar preconceitos, incluindo o racismo no esporte. Esses princípios ajudam a promover a conscientização entre os alunos sobre a importância de um ambiente esportivo livre de discriminação e de respeito à diversidade cultural.

As práticas esportivas dentro do ambiente escolar podem ser um canal para debates sobre o respeito à diversidade e o combate ao racismo. Esse debate pode ser feito através de dinâmicas que incentivam o trabalho em equipe, além de refletir sobre o impacto das atitudes discriminatórias.

Neste sentido, o ambiente escolar, como descrito no documento, incentiva uma abordagem de respeito e integração social. No ensino do futebol, isso pode ser ampliado para incluir discussões sobre a valorização das diferentes origens culturais dos jogadores e a presença marcante de atletas negros e de outras minorias no esporte.

Por fim, embora o documento não trate diretamente do racismo no futebol, o planejamento de Educação Física apresenta oportunidades para abordar essa questão de forma transversal. A proposta pedagógica para o ensino do futebol pode incluir debates sobre racismo, uso do esporte como ferramenta de inclusão e respeito à diversidade. Assim, o ambiente escolar se torna um espaço onde os alunos não apenas aprendem as habilidades físicas, mas também desenvolvem uma consciência social crítica.

#### **5.3.11 - “MARCIO CHAGAS”**

O documento da Escola “Marcio Chagas” demonstra foco em uma abordagem ampla da educação física, incluindo esportes, jogos, atividades rítmicas e a promoção de saúde. Embora o racismo não seja abordado diretamente, o plano apresenta várias oportunidades para incluir o tema dentro da educação física, especialmente no futebol, como uma maneira de promover a diversidade, a inclusão e o respeito.

Quanto ao futebol, esporte amplamente praticado no Brasil e se relaciona profundamente com questões de identidade cultural e inclusão social, o documento enfatiza a importância da cultura corporal e da participação social, o que possibilita o desenvolvimento de atividades voltadas para o entendimento dos alunos sobre como o racismo impacta o esporte.

Nesta cena, abordar a história do futebol e seu impacto social poderia ser uma maneira de introduzir a discussão sobre o racismo no esporte. A inclusão de tópicos sobre figuras negras importantes na história do futebol e a análise de episódios de discriminação ajudam a refletir sobre o racismo e a importância de sua superação.

O documento menciona o desenvolvimento de competências voltadas para a solidariedade, dignidade, respeito mútuo e repúdio à violência. Esses valores são fundamentais para um entendimento crítico sobre a questão racial no futebol. Ao incorporar atividades que incentivem esses princípios, o professor pode facilitar a compreensão dos alunos sobre o impacto do racismo e como ele contradiz esses valores.

O Plano Anual de Educação Física da Escola “Marcio Chagas” oferece uma base sólida para abordar o racismo no futebol ao promover valores de solidariedade, respeito e inclusão, contudo isso não aparece de forma clara e contundente, tampouco transversal, restringindo-se à capoeira, como as outras escolas. Com a aplicação de metodologias que incluam o estudo da história do futebol e discussões sobre a diversidade e os impactos sociais do esporte, é possível criar um ambiente onde os alunos possam desenvolver uma consciência crítica sobre o racismo, compreendendo o papel que cada um desempenha na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

### **5.3.12 - “ARANHA”**

O Plano da Escola “Aranha” para o ensino de Educação Física traz uma abordagem ampla para o ensino de práticas esportivas, incluindo o futebol, com ênfase em valores como respeito, cooperação, e combate ao preconceito. Embora o

racismo não seja abordado de forma direta no plano, o documento oferece diretrizes que permitem incluir reflexões sobre o racismo no contexto do futebol.

A proposta curricular enfatiza o desenvolvimento de uma compreensão ampla da cultura corporal de movimento, permitindo que os alunos identifiquem e valorizem as diferenças individuais. Esta ênfase é essencial para abordar questões de diversidade racial e étnica, especialmente no futebol, onde frequentemente surgem tensões e incidentes raciais.

A valorização da cultura corporal e a promoção de um ambiente de respeito às diferenças são princípios que podem ser utilizados para fomentar discussões sobre o racismo no esporte. Os alunos podem ser incentivados a refletir sobre a contribuição de atletas de diversas origens no futebol, promovendo um sentimento de inclusão e igualdade

Nesta cena, o plano reconhece a educação física como uma disciplina que vai além do desenvolvimento físico, servindo também como ferramenta de inclusão social e formação cidadã. Ao trabalhar a cooperação, o respeito e o repúdio a posturas discriminatórias, o professor pode introduzir discussões sobre o racismo e a inclusão de minorias no futebol. Esta abordagem crítica pode incluir atividades que promovam a compreensão de como o futebol historicamente proporcionou oportunidades para minorias e como a luta contra o racismo ainda é necessária no ambiente esportivo.

Entre as competências listadas, o plano propõe o combate a preconceitos e posicionamentos discriminatórios, que é um aspecto crucial para o ensino de valores antirracistas. No caso do futebol, podem ser discutidos episódios históricos e contemporâneos de racismo no esporte, ajudando os alunos a entender a seriedade do problema e a importância de adotar posturas de respeito e solidariedade.

Ao discutir preconceitos e estereótipos, o professor pode criar atividades e dinâmicas que incentivem os alunos a identificar e questionar atitudes racistas, promovendo uma cultura de respeito e apoio mútuo no esporte e na sociedade em geral.

Desta forma, o Plano Anual desta unidade escolar oferece uma estrutura que, com adaptações, permite abordar o racismo no futebol de maneira educativa e

inclusiva, mas ainda não o faz. Com a promoção de valores de respeito e cooperação e o uso de metodologias críticas, o plano possibilita uma formação que incentiva a reflexão sobre o racismo no esporte, especialmente no futebol. Ao preparar os alunos para entender e combater o preconceito, o ambiente escolar se torna um espaço onde eles podem praticar e promover a igualdade dentro e fora do campo.

### **5.3.13 - "RICHARLYSSON"**

O documento fornecido detalha o plano de ensino anual para a disciplina de Educação Física, focando em aspectos como saúde, lazer, atividades físicas e esportes, sem referências explícitas ao racismo ou à abordagem de questões étnicas no futebol. No entanto, ele oferece uma estrutura que permite a inclusão do tema do racismo, especialmente no futebol, em uma abordagem interdisciplinar e crítica. Aqui está uma análise que conecta o conteúdo proposto ao tema do racismo no futebol.

O plano destaca a importância de as práticas corporais no ambiente escolar promoverem o respeito à diversidade e incentivarem a formação de estilos de vida saudáveis e ativos. No contexto do futebol, este enfoque pode ser usado para sensibilizar os alunos sobre questões raciais, ajudando-os a entender o esporte como um espaço de inclusão e respeito.

Ao explorar os "paradigmas contemporâneos do ser humano e sua corporeidade" e promover hábitos de vida saudáveis, o professor pode abordar o papel do esporte, em especial o futebol, na integração de diferentes grupos étnicos e na luta contra o racismo, destacando a contribuição de atletas negros na história do futebol e seu impacto na sociedade.

Entre as competências mencionadas no plano, a promoção do "trabalho coletivo e protagonismo" é essencial para o desenvolvimento de uma consciência coletiva antirracista. O futebol, como esporte de equipe, é um campo fértil para se discutir questões como respeito, igualdade e combate a discriminações, refletindo valores que devem guiar as práticas esportivas.

As competências relacionadas à criação de normas de convívio e à promoção da saúde e lazer ativo podem incluir discussões sobre como o racismo prejudica o ambiente esportivo e a saúde mental dos atletas. Isso pode ser trabalhado por meio de atividades em grupo, onde os alunos discutem e estabelecem, em conjunto, regras de respeito e inclusão. Discussões sobre figuras históricas do futebol e seus desafios contra o racismo são um excelente ponto de partida para que os alunos entendam a importância do esporte na luta pelos direitos civis e na promoção da igualdade racial.

Assim, este Plano Anual de Educação Física, mesmo sem abordar diretamente o racismo, oferece uma base para tratar o tema dentro do futebol, promovendo o respeito à diversidade e a inclusão. Através de atividades que incentivem a reflexão sobre a história, a cultura e o papel social do futebol, os alunos podem ser motivados a adotar atitudes antirracistas e a valorizar a diversidade. Combinando a prática do futebol com discussões sobre preconceitos e a importância do respeito mútuo, a escola pode formar cidadãos mais conscientes e prontos para contribuir para uma sociedade justa e igualitária.

#### **5.3.14 - “TAISON”**

O documento fornecido é um Plano Anual de Educação Física destinado ao ensino fundamental. Ele apresenta uma estrutura que permite trabalhar temas como habilidades físicas, conhecimentos sobre esportes e, de maneira indireta, o combate ao preconceito e discriminação nas práticas corporais. Embora o racismo no futebol não seja diretamente mencionado, este tema pode ser integrado ao conteúdo proposto por meio de uma abordagem crítica e reflexiva.

O futebol, por ser um dos esportes mais populares e amplamente praticados, oferece um espaço único para abordar questões de discriminação racial. O plano menciona a necessidade de interpretar e recriar os valores e significados das práticas corporais, que pode ser uma oportunidade para analisar como o futebol reflete tensões sociais, como o racismo, e discutir o papel do esporte na promoção da inclusão. Combinando o estudo do futebol com debates sobre discriminação, o

professor pode ajudar os alunos a compreender a persistência do racismo no esporte e suas consequências para os jogadores e a sociedade. Contudo, não vemos isto aparecer no trato dado a este conteúdo no planejamento da Escola “Taison”.

O documento enfatiza o desenvolvimento de competências relacionadas ao respeito e ao trabalho coletivo. Essas competências são fundamentais para o ensino de valores antirracistas e para estimular uma mentalidade inclusiva entre os alunos. No futebol, essas competências podem ser aplicadas ao discutir o papel de cada jogador e a importância de respeitar a diversidade étnica e cultural dentro e fora de campo. O plano também busca combater "posicionamentos discriminatórios" em relação às práticas corporais, o que permite introduzir o conceito de respeito mútuo entre os atletas de todas as origens raciais, promovendo um ambiente livre de preconceito.

Desta forma, o Plano Anual de Educação Física da Escola “Taison” oferece uma estrutura versátil para abordar o racismo no futebol, promovendo valores de respeito e cooperação. Através de atividades práticas, torneios e discussões reflexivas, os alunos podem desenvolver uma consciência crítica sobre o racismo e a importância de um comportamento inclusivo. Essa abordagem educacional possibilita que o futebol seja visto não apenas como uma prática esportiva, mas como uma ferramenta para enfrentar e superar as desigualdades raciais na sociedade. Mas há muito que se trabalhar para que seja garantida a relação entre futebol e relações étnico-raciais no sentido de contribuir para uma formação crítica e antirracista.

### **5.3.15 - “VINÍCIUS JUNIOR”**

A Escola “Vinícius Junior” apresenta um plano curto e superficial, faltando algumas turmas, inclusive. Apenas o plano do 6º ano – I e IV unidade temática, respectivamente, mostram os jogos e brincadeiras; e lutas relacionadas à culturas afro brasileiras, reforçando o que já foi mencionado sobre a centralidade dada às danças e à capoeira. Apresentam da seguinte forma: Objetivo de Conhecimento:

brincadeiras e jogos de matrizes africana e indígena – habilidades: experimentar jogos e brincadeiras do Brasil e do mundo, enfatizando os de matriz africana e indígena; Lutas de matrizes indígena e africana – habilidades: conhecer as lutas de origem africana e indígena.

Isso nos leva a compreensão de que as temáticas relacionadas à cultura africana e afrobrasileira são trabalhadas apenas no 6º ano e se limitam aos jogos e lutas, indo de encontro ao que se mostra em outros planos, nos levando a perceber como os conhecimentos estão atrelados aos conteúdos Dança e Capoeira como únicos possível de trabalhar as questões raciais.

Claro que precisamos fazer a crítica situada, os planos de ensino têm um caráter mais resumido, não é possível debater extensamente o que e de que forma detalhada esses conteúdos são desenvolvidos aula a aula, mas já nos sinalizam de forma concisa que o trato das questões relativas às relações étnico-raciais são rasas e isto se intensifica quando se trata do Futebol nas aulas de Educação Física destas escolas.

Os planejamentos anuais da disciplina Educação Física, disponibilizados pelas 15 unidades escolares, seja na modalidade impressa seja na versão digital, variaram em volume e detalhamento das informações contidas. Alguns documentos apresentaram detalhamento específico para as 4 séries dos anos finais, ao tempo que outros tinham informações mais generalizadas. Nesse sentido, buscamos agrupar as informações levantadas nas 3 categorias elencadas para a classificação e a análise dos dados encontrados (Minayo, 2009).

Essa sistematização buscou organizar os elementos dos planejamentos que apresentam a relação entre o conteúdo Futebol e as questões étnico-raciais nas aulas de Educação Física. Ao nos referirmos às UE sempre mencionaremos o Segmento Ensino Fundamental Anos Finais (SEFAF) completo ou incompleto para nos referir à presença ou ausência de todas as séries dessa etapa na UE em questão. Ao fim das análises, apresentamos um quadro síntese dos dados sistematizados.

#### **5.4 - Quadro síntese das unidades escolares**

<b>UE</b>	<b>Categoria 1</b> Conteúdo futebol	<b>Categoria 2</b> Debate étnico-racial	<b>Categoria 3</b> Futebol e debate étnico-racial	<b>Análise</b>
<b>Barbosa</b>	Relacionado com futsal. Desenvolvimento de habilidades físicas e comportamentais	Preocupação com a questão da singularidade de diversos aspectos culturais. Centrado na Capoeira e nas danças de matrizes africanas	Não há trato específico entre futebol e racismo e/ou relações étnico-raciais.	Não há o tratamento do conteúdo futebol e suas implicações étnico-raciais no planejamento.
<b>Roger Machado</b>	Sem menção ao futebol. Ênfase no desenvolvimento de habilidades físicas, cognitivas e sociais	Menção aos "Destques Negros nos Esportes" e inclusão da capoeira	Não há trato específico entre futebol e racismo. Há relação entre futebol e relações étnico-raciais.	Estabelece bases para uma reflexão crítica sobre o papel da Educação Física na construção de um ambiente inclusivo e consciente.
<b>Dilma Mendes</b>	Menção a jogos e esportes de maneira geral, incluindo o futebol.	Menção genérica a questões de preconceito e à promoção de atitudes éticas e respeitadas	Não há trato específico entre futebol e racismo e/ou relações étnico-raciais.	Há uma orientação para que os alunos reflitam criticamente sobre padrões estéticos e identifiquem os preconceitos nas práticas corporais.
<b>Grafite</b>	Menção a jogos e esportes de maneira geral, incluindo o futebol.	Destaca temas relacionados à pluralidade das manifestações culturais	Não aborda diretamente a questão do racismo no futebol	A metodologia propõe atividades como vídeos e leituras relacionados ao tema sem especificar o tipo de abordagem.
<b>Tinga</b>	Menciona diretamente o futebol relacionado a temas sobre identidade cultural	A capoeira é mencionada como um importante elemento da cultura afro-brasileira	Contém vários elementos que podem ser relacionados ao tema do racismo no futebol	Enfoque na educação física que visa promover a reflexão crítica sobre questões raciais
<b>Ineildes Calheiro</b>	Atividades esportivas, como futsal, handebol e outras modalidades de invasão e ginástica	Não menciona diretamente discussões sociais ou culturais relacionadas ao racismo no esporte.	Futebol e racismo não são mencionados neste documento.	O foco é o desenvolvimento físico e a promoção de saúde, respeitando a individualidade e as capacidades de cada aluno.
<b>Formiga</b>	Desenvolvim	Há um	Não há	Promover a

	ento físico e motor, a interação social, a diversidade cultural e a saúde	objetivo específico voltado ao respeito pela pluralidade de manifestações culturais e pela integração de diferentes grupos sociais e étnicos	menção ao futebol e muito menos relação deste com conteúdos étnico-raciais.	formação integral dos alunos
<b>Pretinha</b>	Temas como xadrez, jogos pré-desportivos, handebol, futsal, basquetebol, voleibol, alimentação saudável, sedentarismo, doenças cardiovasculares e primeiros socorros	Não aborda explicitamente o racismo ou questões socioculturais	O tema do racismo no futebol não é incluído como parte do conteúdo	O foco do planejamento está na prática esportiva para o desenvolvimento motor, social e para a promoção da saúde dos estudantes.
<b>Sissi</b>	Desenvolver habilidades que permitem aos alunos identificar preconceitos e discriminação dentro das práticas corporais.	Há um foco explícito em problematizar estereótipos e preconceitos, não apenas em esportes, mas em todas as práticas corporais.	Destaca a importância de respeitar e valorizar as diferentes culturas presentes nas práticas esportivas, incluindo o futebol.	As atividades práticas e teóricas no contexto do futebol e de outros esportes buscam proporcionar um ambiente inclusivo, reforçando valores de solidariedade e justiça social.
<b>Marta</b>	Foca em diversos temas e modalidades esportivas.	A análise do racismo, como um aspecto transversal e social do esporte, não aparece de forma explícita no documento.	O planejamento enfatiza a importância de discutir a história do futebol e suas regras. O documento não trata diretamente do racismo no futebol	O planejamento de Educação Física apresenta oportunidades para abordar a questão de forma transversal.
<b>Marcio Chagas</b>	Abordagem ampla da educação física, incluindo esportes, jogos, atividades rítmicas e a promoção da saúde.	Apresenta os temas diversidade, inclusão e respeito, porém sem mencionar diretamente o tema racismo.	Não há menção clara	Enfatiza a importância da cultura corporal, da participação social e do desenvolvimento de competências voltadas para a solidariedade,

				dignidade, respeito mútuo e repúdio à violência.
<b>Aranha</b>	Não há menção clara	Propõe o combate a preconceitos e posicionamentos discriminatórios	Não há menção clara	Sugere, nas entrelinhas, adaptações curriculares para abordar temas diversos.
<b>Richarlyson</b>	Foca em saúde, lazer, atividades físicas e esportes	Destaca a importância das práticas corporais no ambiente escolar na promoção ao respeito à diversidade	Sem referências explícitas ao racismo ou à abordagem de questões étnicas no futebol.	Menciona a promoção do "trabalho coletivo e protagonismo"
<b>Taison</b>	Abordagem genérica sobre habilidades físicas e conhecimentos sobre esportes	Não há menção clara	O racismo no futebol não é diretamente mencionado como tema para ser integrado ao conteúdo	Busca combater "posicionamentos discriminatórios" em relação às práticas corporais.
<b>Vinícius Junior</b>	Menciona os jogos e brincadeiras e lutas	Apresentam brincadeiras e jogos de matrizes africana e indígena	Não há menção ao Futebol nas aulas de Educação Física.	A abordagem é muito concisa, com o trato das questões relativas às relações étnico-raciais rasas.

Ainda, há um essencial documento, “Lei 10.639/03: A atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira”, produzido pelo Geledés Instituto da Mulher Negra e Instituto Alana, oferece uma análise aprofundada sobre a aplicação da Lei 10.639/03 e, ao fazê-lo, constitui um importante instrumento de avaliação crítica das relações raciais no sistema educacional brasileiro. A seguir, destaco os principais pontos da análise com foco na perspectiva racial.

O relatório parte do reconhecimento de que o racismo é estruturante da sociedade brasileira e afeta diretamente o desenvolvimento de crianças e adolescentes. A Lei 10.639/03 — fruto da luta do movimento negro — é apresentada como um mecanismo de enfrentamento dessas desigualdades, ao tornar obrigatória a inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar.

A pesquisa enfatiza que a educação é estratégica para a superação do racismo, e que uma política educacional verdadeiramente de qualidade precisa ser antirracista, promovendo uma educação que valorize as contribuições históricas, culturais e sociais da população negra.

Apesar da reconhecida importância, os dados mostram que, mesmo após 20 anos da promulgação da lei:

- 53% das secretarias municipais não realizam ações consistentes e contínuas para sua implementação;
- 18% não realizam nenhum tipo de ação para garantir um currículo racialmente justo;
- Apenas 5% possuem área técnica específica para EREER (Educação para as Relações Étnico-Raciais);
- 8% contam com orçamento específico.

Esses números evidenciam a negligência institucionalizada com as diretrizes da lei, demonstrando racismo institucional nas políticas públicas de educação.

Muitas ações relacionadas à Lei 10.639/03 ocorrem apenas em datas comemorativas, especialmente no mês de novembro (Dia da Consciência Negra). Isso revela um tratamento superficial, pontual e folclórico do tema, em vez de uma abordagem integrada e contínua no currículo escolar — prática que, paradoxalmente, reforça estereótipos ao invés de combatê-los.

A pesquisa reafirma que não basta a existência da lei — é necessária sua implementação efetiva, com orçamento, formação docente, revisão de materiais didáticos e avaliação contínua das desigualdades raciais no ambiente escolar. O comprometimento do Estado é insuficiente e isso perpetua uma escola que não contempla, reconhece nem acolhe a diversidade racial brasileira.

A análise do documento sob a ótica racial mostra que a Lei 10.639/03, embora essencial, continua sendo tratada como acessória na maioria das redes de ensino. Sua aplicação parcial ou inexistente reafirma o caráter excludente do sistema educacional brasileiro, que continua sendo construído sobre a invisibilização da população negra. Para romper com esse padrão, é necessário muito mais que

normativas — é preciso vontade política, formação crítica e responsabilização institucional.

[...] as medidas para o seu cumprimento podem ser consideradas bastante tímidas ao avaliarmos a construção de outros documentos que orientam a política educacional, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Plano Nacional da Educação (PNE) (Geledés, 2023, p. 17).

Construindo um diálogo entre este texto produzido pelo Geledés e os resultados por nós encontrados, veremos que, de um modo geral, há uma repetição e reforço do trato folclorizado da Lei 10.639/03 e pouco trabalhado de forma universal como é a proposta da citada Lei. Pensando no perfil do educando em cada etapa da educação básica, veremos que:

## DAS SECRETARIAS, GESTORAS E GESTORES RESPONDENTES



Fonte: Geledés (2023, p. 36).

Ainda, é possível ver que a estrutura, a prática cotidiana pouco modificou a realidade em sala de aula.

## ADAPTAÇÃO DO REFERENCIAL CURRICULAR

**58%** dos municípios que responderam à pesquisa afirmam ter readaptado o referencial curricular considerando especificamente a Lei 10.639/03.

**REFERENCIAL CURRICULAR:**  
É um conjunto de fontes de informações e indicações para a elaboração de planos de cursos e aulas.

### GRÁFICO 4

Adaptação do referencial curricular considerando a Lei 10.639/03 e BNCC



Fonte: Geledés (2023, p. 42).

Este panorama geral da aplicabilidade da Lei 10.396/03 nos sugere como a Educação Física e o futebol contribui para a manutenção de uma estrutura educacional racista e que, mesmo tendo um aparato legal que indica a obrigação da sua aplicabilidade de forma transversal, acaba por negligenciar e/ou folclorizar a temática no dia da Consciência Negra, por exemplo.

## RESULTADO DA PARTIDA

A análise da Categoria 1, identificada como Conteúdo Futebol, enseja um cenário panorâmico que caracteriza uma abordagem desse componente curricular vinculada a conteúdos dimensionados no campo do desenvolvimento motor e da prática de esportes. Percebemos uma abordagem genérica dessa modalidade esportiva, geralmente mencionada no conjunto das outras modalidades. O conteúdo futebol é mencionado literalmente em apenas 1 documento. Em outros 10 planejamentos, faz parte do arcabouço de atividades denominadas de esportes coletivos, modalidades esportivas ou práticas corporais. Em outros 4 não há menção à prática corporal que faça alusão ao futebol. No entanto, vale ressaltar que em alguns casos há um entrelaçamento das modalidades futebol e futsal, citadas como sinônimos, o que não descaracteriza a natureza das menções circunscritas ao domínio da natureza técnico-tática da modalidade. Com isso, verifica-se a presença do futebol como conteúdo abordado na maioria das escolas investigadas.

A categoria 2, denominada Debate Étnico-racial, está presente em quase metade dos documentos, com sugestão de ensino de temáticas alusivas ao debate étnico-racial, mesmo que carecendo de maiores aprofundamentos sobre o que seria sua incidência nas práticas corporais. Regra geral os planejamentos mencionam e propõem tematizar o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil, conforme orienta o parágrafo 1º do artigo 1 da lei 10.639/03 (Brasil, 2003). Esse cenário parece apontar para um possível indicativo de uma formação crítica, no que tange à temática em sua abordagem mais ampla.

Em alguns documentos percebe-se um aprofundamento temático mais consistente que em outros, apontando sistematicamente conteúdos explícitos para a abordagem, como a dança e a capoeira, ao passo que alguns planos apenas mencionam a temática de forma genérica. Essa constatação, mesmo sem um olhar pormenorizado sobre a incidência dessa temática em outros componentes curriculares, insinua que o cumprimento da Lei 10.639/03, que orienta para a obrigatoriedade do ensino de História e cultura Afro Brasileira, tem na Educação Física um aliado curricular.

Na 3ª categoria, intitulada Futebol e debate étnico-racial, especificidade do fenômeno em estudo, há quase que uma invisibilidade do tema na forma declarativa dos planejamentos, foi onde se percebeu a maior fragilidade de conexão entre os temas pesquisados. Regra geral, poucas Unidades Escolares deixaram explícitas a relação futebol e questões étnico-raciais.

No geral, 13 dos 15 planos de curso, não mencionam direta e explicitamente essa relação. O que se constatou, quando se observa que quase metade dos documentos toca no debate étnico-racial como grande área, é a utilização de outros conteúdos da Educação Física para tal fim, tais como a Capoeira e as danças, presentes em 4 documentos. No entanto, pelo menos do ponto de visto percebido no conteúdo declarativo, há um silenciamento desse debate nos planejamentos estudados.

Em nosso entendimento, mesmo com a presença das categorias 1 e 2 no planejamento, a intersecção dos temas foi muito frágil nos documentos pesquisados. Mesmo entendendo que tal relação pode ter ocorrido ao longo do ano letivo, tendo em vista que as categorias 1 e 2 são abordagem genérica e permitem esta intersecção, o fenômeno em estudo teve sua visibilidade declarativa comprometida, visto a falta de menção específica ao termo futebol.

Entendemos que os marcadores sociais de opressão emergem na escola de diferentes modos, “o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (Crenshaw, 2002, p. 177). A ausência, silenciamento ou atenuação do debate nos planejamentos impõe limites a alunos e alunas que pertencem a minorias étnicas ou raciais, LGBTQIA+, com deficiências, etc. na medida em que não encontram condições objetivas para acessar plenamente um currículo que atenda à diversidade em sua plenitude.

De uma forma abrangente, percebe-se que os planos de ensino pesquisados abrem possibilidades para abordagens sobre relações étnico-raciais, na medida em que, mesmo sem abordar diretamente o racismo, oferece uma base para tratar o tema dentro do futebol, promovendo o respeito à diversidade e a inclusão. No

entanto, entendemos que a quantidade de menções constatadas nos fala muito mais de silenciamentos da temática que, necessariamente, de apontamentos.

Não é de se pensar que seria diferente com o futebol e suas abordagens. O Brasil, como último país das Américas a abolir a escravidão, marcado pela exploração e pelo tratamento desumano junto à população negra durante a época escravocrata, produziu uma cultura racista com marcas profundas na sociedade. Caldas (1990, p. 24), quando relaciona o futebol às questões de racismo, destaca todo este processo da seguinte forma:

Há que se destacar, porém, que boa parte da trajetória inicial do futebol no Brasil possui um caráter elitista e, dificilmente poderia ser de outra forma. Os ingleses, precursores desse esporte em nosso país, faziam parte da elite da sociedade paulista e carioca; além deles, somente os brasileiros ricos tinham acesso à prática do futebol.

Se no contexto social o futebol apresenta forte marca do racismo estrutural, podemos entender que o não aparecimento destas temáticas e suas relações, de forma majoritária no planejamento escolar da disciplina Educação Física, contribui para o silenciamento desta questão também no currículo escolar, mesmo com a garantia legal de oferta e ensino da História e da cultura Afro Brasileira através da lei 10.639/03. Em algumas escolas, apresenta a preocupação com a questão da singularidade de diversos aspectos culturais, principalmente quando aludem à diversidade cultural e tradicional das danças locais e regionais. De um modo geral, o que vemos em parte dos planejamentos, para o atendimento deste debate na Educação Física, é um olhar centrado na Capoeira e nas danças de matrizes africanas, em detrimento de outras práticas corporais e esportivas, como o futebol.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Empreender uma pesquisa, de qualquer tipo, nível que seja, é sempre um grande desafio. Assim, não foi diferente do que tentamos e buscamos realizar neste texto apresentado. Chegando nesse ponto onde nos cabe fazer reflexões e apontar caminhos a partir dos nossos objetivos elencados e dos materiais encontrados nos documentos de pesquisa, os planejamentos dos professores de Educação Física dos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede municipal de Camaçari/Ba.

Assim, discutir o futebol, um fenômeno de amplitude inexplicável, um fenômeno social de grande alcance em toda a sociedade brasileira, com a sua relevância como esporte, prática social, prática cultural, é sempre estimulante e pode apresentar desafios a partir das relações que nós buscamos estabelecer com este fenômeno. Trabalhar o futebol nas aulas de educação física, compreender de que forma ele é trabalhado nas aulas, a partir dos documentos, dos planejamentos dos professores, pode ser também desafiador, mas é sempre uma oportunidade de perceber como esse fenômeno social se materializa e se apresenta como um fenômeno educativo nas escolas.

Então, buscamos compreender de que forma esse fenômeno sociocultural se estabeleceu nos planejamentos dos professores e professoras, nas aulas de educação física, a partir de sua relação com questões relacionadas ao racismo, às relações étnico-raciais e a lei 10.639/03.

Neste sentido, afirmamos que educação física desempenha um papel essencial na construção de uma educação antirracista, pois aborda de maneira direta e prática questões relacionadas à diversidade, respeito e equidade. Sendo uma disciplina que integra atividades corporais, esportivas, culturais e sociais, ela oferece um espaço privilegiado para discutir e desconstruir preconceitos, promovendo valores de inclusão e cidadania crítica.

O futebol, em particular, é um fenômeno de grande relevância social no Brasil e no mundo. Como prática cultural amplamente difundida, ele transcende as barreiras esportivas e se insere na vida cotidiana de diversas comunidades, influenciando comportamentos, identidades e relações sociais. Por isso, sua presença nas aulas

de educação física representa uma oportunidade valiosa para abordar questões ligadas ao racismo e às relações étnico-raciais.

Historicamente, o futebol reflete tanto as desigualdades estruturais quanto às possibilidades de transformação social. Ele é, ao mesmo tempo, um espaço onde o racismo se manifesta, como nas discriminações sofridas por jogadores negros e indígenas, e um palco onde a resistência e a luta por reconhecimento se consolidam. Dentro da escola, o futebol pode ser trabalhado como ferramenta educativa para revelar essas dinâmicas e questioná-las, promovendo a conscientização sobre o racismo e suas implicações sistêmicas.

Desta forma, a educação física tem o potencial de ampliar essa discussão, conectando o futebol a conteúdos como história, cultura afro-brasileira e direitos humanos. Essa abordagem pode ajudar os alunos a compreenderem como o racismo influencia as oportunidades, os espaços de participação e a valorização das contribuições de diferentes grupos étnicos ao esporte e à sociedade.

Além disso, o trato pedagógico do futebol pode desconstruir estereótipos, reforçar a valorização da diversidade e fomentar o respeito mútuo. Por meio de práticas inclusivas e debates reflexivos, os professores de educação física podem ajudar os alunos a reconhecerem o papel das políticas afirmativas e da legislação, como a Lei 10.639/03, na luta contra o racismo.

Em suma, ao integrar o futebol em uma perspectiva crítica e inclusiva, a educação física não apenas contribui para a construção de uma sociedade mais igualitária, mas também fortalece a formação de cidadãos conscientes, capazes de enfrentar e transformar as estruturas racistas que permeiam a sociedade. Assim, ela se afirma como um espaço indispensável na promoção de uma educação antirracista e na valorização do potencial educativo do esporte.

Se discutir o futebol na educação física é tão relevante, como demonstrado, isso não deixa de apresentar desafios que são apontados historicamente por conta da sua supremacia na sala de aula. Discutir o futebol com relação às questões de racismo é duplamente desafiador, mas nos propomos a esse desafio apresentando uma pesquisa panorâmica sobre estas questões.

Primeiro, devemos apontar, a partir dos resultados encontrados, que apesar de ser tratado, na maioria dos planos, questões como identidade cultural dos grupos, às vezes diretamente ser tratado da lei 10.639/03 e fazendo referência às relações étnico-raciais, ainda é muito incipiente e raso o trato dessas temáticas, desse conteúdo que se pretende antirracista, no que diz respeito às práticas corporais, aos conteúdos da educação física. O que vemos é que a compreensão que orienta a transversalidade da história e da cultura afro-brasileira na Educação Física, ainda está muito relacionada a questões das danças e da capoeira, deixando de lado o seu trato nos outros conteúdos.

Também, percebemos que há certa centralidade quando se trata da busca por uma educação antirracista, se mostrando muito focada no momento de comemoração do dia da consciência negra. Tais fatos, tanto o tratamento das danças afro-brasileiras, de origem afro-brasileiras, da capoeira e das comemorações da consciência negra são extremamente importantes, já demonstra um avanço quando comparado a períodos anteriores. Contudo, não dá conta do todo quando olhado na disciplina Educação Física.

Ainda, o trato apenas desses conteúdos não dá conta da dimensão e do apanhado que o próprio racismo tem na nossa história, na nossa cultura e na nossa sociedade. Sabemos que o racismo é sistêmico e estrutural e, portanto, está na sala de aula e nas aulas de educação física. Tratá-lo nas danças, na capoeira e nos momentos comemorativos é fundamental, mas não dá conta ainda de superar, de mostrar uma frente mais resistente contra esse racismo que se apresenta de forma tão enraizada cotidianamente na nossa sociedade.

Por isso, julgamos que é importante que exista um aprofundamento do debate, do tratamento das questões raciais nos outros conteúdos da Educação Física, dentre eles o Futebol. Existem na nossa história, enquanto área de conhecimento, enquanto área de educação, enquanto área educativa, na educação física, na história do futebol, vários momentos de acontecimentos, de eventos que manifestaram o racismo. Não apenas na história, mas em momentos atuais, como foi discutido. Então, podemos perceber como está enraizado isto na prática do futebol, contudo, isso não aparece nos planejamentos. O próprio conteúdo futebol

ele não é mencionado nos documentos de forma muito ampla e tão aparente nas divisões dos conteúdos dos professores de educação física.

Talvez, isso se deve muito pela própria característica da sala de aula, da quadra de aula. Vemos muito mais o futsal, já que ter um campo para se trabalhar o futebol, como o esporte que conhecemos, e os materiais que são demandados para trabalhar a prática do futebol, não é tão comum de serem encontradas nas escolas do nosso país e do nosso estado e no nosso município.

Contudo, o conteúdo do futebol deve ser tratado, ainda que teoricamente, e pode ser trabalhado de formas diversificadas dentro do futsal, como um jogo pré-desportivo, como práticas outras que materializem o conteúdo do futebol relacionando com os aspectos do racismo, das relações étnico-raciais e da lei 10.639/03.

Nesta cena, uma questão merece ser destacada, algumas questões merecem ser destacadas. O planejamento é um tipo de documento que não se desdobra de forma tão profunda que nos dê possibilidade de compreender em plenitude como os conteúdos são tratados na sala de aula. Então a própria característica dos documentos, que nos fornecem os dados, não são tão aprofundados, eles são demonstrativos do que se pretende trabalhar, mas em sala de aula a gente pode entender que as coisas se desdobram e se aprofundam de forma mais incisiva e mais contundente.

Assim, isso nos dá brecha para apontar novas direções para novas pesquisas que busquem compreender o trato na própria sala de aula. Isso é um importante papel das pesquisas científicas, não acabarem em si mesmas, mas apontarem caminhos para novos estudos. Talvez uma pesquisa de campo, onde se possa acompanhar o dia a dia de sala de aula, possa nos dar uma compreensão mais aprofundada sobre essas temáticas e ver como são trabalhados os conteúdos do futebol relacionado com essas questões raciais.

Ainda, acreditamos que respondemos as questões que nos propomos no início dessa pesquisa, deixando inclusive caminhos para outras pesquisas e fazendo uma leitura da realidade, ainda que de forma panorâmica, dessas escolas com nos Anos Finais no Ensino Fundamental da disciplina Educação Física. O que fica para a

gente é que precisamos avançar muito enquanto área de conhecimento, enquanto disciplina escolar. É extremamente importante o aprofundamento crítico para a construção de uma educação antirracista, onde o futebol como fenômeno social se mostra como um dos conteúdos predominantes de consumo na nossa sociedade de diversas formas, seja em momentos de lazer, seja em momentos de consumos de materiais econômicos mesmo, de fato.

Logo, trabalhar essas questões, mostrar a relevância do futebol, do trato do futebol de forma mais crítica para os nossos alunos, com certeza pode contribuir para mudanças na nossa estrutura social, sociocultural, onde o racismo se encontra enraizado. Obviamente, uma única pesquisa não dá conta de superar um racismo que se mostra histórico e sistêmico na nossa sociedade e nas nossas escolas, mas busca contribuir se juntando a outros estudos que seguem neste caminho. O que vemos atualmente é que diversas pesquisas, diversos livros, traduções científicas, educativas têm buscado seguir nesse caminho a partir também da própria legislação do que orienta a BNCC. Isto, certamente, é extremamente positivo.

Desta forma, avanços têm sido elaborados, têm se constituído nesta e em outras áreas, mas ainda precisamos trabalhar com mais firmeza e de forma mais contundente, pois o racismo não será superado em um dia ou em um ano sequer, mas precisamos seguir na luta para garantir que os nossos alunos, os nossos educandos tenham uma formação crítica que supere, que busquem superar o racismo na nossa sociedade. Como diz, Ângela Davis, “[...] numa sociedade racista, não basta não ser racista. É preciso ser antirracista” e é nesse sentido que seguimos nas nossas pesquisas, nos nossos tratos cotidianos e na sala de aula.

Por fim, buscamos instigar novos problemas, novos objetos, novas questões para futuros estudos. Acreditamos que uma pesquisa que encerra em si mesma, fragiliza o processo de desenvolvimento científico. Além de uma pesquisa de mestrado não ser o suficiente para dar conta da multiplicidade dos fatores – tampouco outras pesquisas que se autodeclamam totalizantes, é necessário provocar brechas para novas produções. Assim, podemos pensar no futebol e na Lei 10.639/03 do ponto de vista econômico, social, cultural, político e que extrapole os espaços escolares para, então, juntarmos as peças deste quebra-cabeça tão complexo e fundamental.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, Dayane N. Conceição de. **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Arte e Ciências; Superintendência de Educação à Distância, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/554207/2/eBook%20-%20Interseccionalidades.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- AUAD, Daniela; CORSINO, Luciano. Feminismos, Interseccionalidades e Consubstancialidades na Educação Física Escolar. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, 2018.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, p. 125-156, 2009.
- BENEDITO, Beatriz Soares; CARNEIRO, Suelaine Carneiro; PORTELLA, Tânia. **Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo, SP: Instituto Alana, 2023.
- BETTI, M. Ensino de primeiro e segundo graus: educação física para quê? **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.3, n.2, p.282-7, 1992.
- BETTI, Mauro. Cultura corporal e cultura esportiva. **Revista Paulista de Educação Física**, v. 7, n. 2, p. 44-51, 1993.
- BETTI, Mauro; ZULIANI, Luiz Roberto. Educação física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. **Revista Mackenzie De Educação Física e Esporte**, v. 1, n. 1, 2002.
- BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Brasília: MEC, SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Brasília: MEC, 2015.
- BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 3.199, DE 14 DE ABRIL DE 1941**. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1941]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 08 mai. 2023.
- CALDAS, Waldenyr. Pontapé inicial: memória do futebol brasileiro (1894-1933). São Paulo: Ibrasa, 1990.
- CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papirus Editora, 1988.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008 (Coleção Sociologia).
- CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 3. ed. São Paulo: Cortês. 1998.

- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1992; 2012.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé W. (2002). Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- CRUZ, Marlon Messias Santana; PALMEIRA, Fernanda Caroline Cerqueira. Boitempo Editorial. **Motriz**, Rio Claro, p. 116-131, 2009.
- DAÓLIO, J. **Jornal da Unicamp**. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. p. 12, ago. 2005.
- DAOLIO, Jocimar. **Cultura: educação física futebol**. 3. ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.
- DAOLIO, Jocimar. **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- DARIDO, S.C.; GONZÁLEZ, F.J.; GINCIENE, G. O afastamento e a indisciplina dos alunos nas aulas de Educação Física escolar. *In*: ALBUQUERQUE, D.I.P.; DEL-MASSO, M.C.S. **Desafios da educação física escolar: temáticas da formação em serviço no ProEF**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020, p. 105-129. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/381384/4/0008-unesp-iep3-livro-desafios-educacao-fisica-escolar-proef-15032021.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- DARIDO, Suraya Cristina. A prática do futebol feminino no Ensino Fundamental. **Motriz**, Rio Claro, v. 8, n. 1, p. 1-9, jan/abr. 2002.
- DARIDO, Suraya Cristina. **Para ensinar educação física**. Campinas: Papyrus Editora, 2007.
- DE HOLANDA CAMILO, Christiane. As possibilidades de atuação da Educação de Jovens e adultos para a relação intergeracional na Educação em Direitos Humanos. **Motrivivência**, v. 26, n. 43, p. 245-261, 2014.
- DEL-MASSO, Maria Candida Soares; COTTA, Maria Amélia de Castro; SANTOS, Marisa Aparecida Pereira. **Análise qualitativa e análise quantitativa em pesquisa científica**. Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – PROEF, Disciplina Seminários de Pesquisa Científica em Educação Física – Parte 2, Rio Claro, 2018.
- FRANZINI, Fábio. Futebol é "coisa para macho"?: Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, p. 315-328, 2005.
- FREIRE, Eugênio Pacçeli Aguiar. Conceito educativo de podcast: um olhar para além do foco técnico. **Educação, Formação e Tecnologias**, 2013, p.3

- FREIRE, João Batista. **Pedagogia do futebol**. Campinas: Autores Associados, 2011.
- FROÉS, Raphael Lins de Campos. **Relações de gênero e cultura no Brasil**. 2018.
- GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra**. Porto Alegre: LP&M, 2013.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, SP: Atlas, 2008.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOELLNER, Silvana Vilodre; VOTRE, Josué Sebatião; MOURÃO, Ludmila; FIGUEIRA, Márcia Luiza Machado. **Gênero e raça: inclusão no esporte e lazer**. 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/81280>. Acesso em: 5 jul. 2024.
- GOMES, Nilma Lino. **Gestão escolar deve prezar pela educação democrática e antirracista**. 2023. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2023/11/19/educacao-democratica-e-antirracista/>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013. Editora UFPR.
- GONZÁLEZ, F.J. Educação Física Escolar: entre o “rola bola” e a renovação pedagógica. In: ALBUQUERQUE, D.I.P.; DEL-MASSO, M.C.S. **Desafios da educação física escolar: temáticas da formação em serviço no ProEF** [recurso eletrônico]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020, p. 130-148. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/381384/4/0008-unesp-iep3-livro-desafios-educacao-fisica-escolar-proef-15032021.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Entre o “não mais” e o “ainda não”: pensando saídas do não-lugar da ef. escolar I. **Cadernos de Formação RBCE**, Campinas, v. 1, n.1, p. 9-24, set. 2009.
- IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios**. Suplementos de Práticas de esporte e atividade física: 2015. Rio de Janeiro, 2017.
- LIBÂNEO, José Carlos; SILVA, Eliane. Finalidades educativas escolares e escola socialmente justa: a abordagem pedagógica da diversidade social e cultural. **Revista On-line de Política e Gestão Educacional**, v. 24, p. 816-840, 2020.
- LIMA JUNIOR, E. B. OLIVEIRA, G. S. de; SCHENKENBERG, G. F. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 44, p. 36-51, 2021.
- LISBOETA, Conceição Maria. **Aprendizagem intergeracional como estratégia educativa na Educação Artística: um estudo de intervenção no 1.º ciclo de ensino básico**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Portugal, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: vozes, 1997.

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia cultural iniciação, teoria e temas**. Petrópolis: Vozes, 1982.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)**. 1998. 380f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1998.

PEREIRA, V.C.A. Futebol como conteúdo generificado: uma possibilidade para discutir as relações de gênero. **Revista Digital EFDeportes.com**, Buenos Aires, n. 118, mar, 2008.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Perdizes: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

SANTOS, Ineildes Calheiro dos. **Nem mulheres, nem negrxs, nem queer of colour (QOC) na liderança do futebol brasileiro!**: a interseccionalidade no esporte. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2021.

SÀ-SILVA, J. R. ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2009.

SCAGLIA, Alcides José. **O futebol e os jogos/brincadeiras de bola com os pés: todos semelhantes, todos diferentes**. 2003. 164f. Tese (Doutorado em Educação Física), Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SCAGLIA, Alcides José; FREIRE, João Batista. **Educação como prática corporal**. São Paulo: Scipione, 2003.

SILVA, E.C.; MOREIRA, E.C. Educação Física: planejando o trabalho docente. *In*: ALBUQUERQUE, D.I.P.; DEL-MASSO, M.C.S. **Desafios da educação física escolar: temáticas da formação em serviço no ProEF [recurso eletrônico]**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020, p. 46-64.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de; ALTMANN, Helena. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. **Cadernos Cedex**, v. 19, p. 52-68, 1999.

SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de; DARIDO, Suraya Cristina. Refletindo sobre a tematização do futebol na Educação Física escolar. **Motriz**, Rio Claro, v. 16, p. 920-930, 2010.

SOUZA, O. M. de; Darido, S. C. A prática do futebol feminino no ensino fundamental. **Revista Motriz**, Rio Claro, vol. 8, n. 1, p. 1-9, Jan-Abr 2002.

VAGO, Tarcísio Mauro. O "esporte na escola" e o " esporte da escola": da negação radical para uma relação de tensão permanente - um diálogo com Valter Bracht. **Movimento**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 4-17, 1996.

VAGO, Tarcísio Mauro. Pensar a Educação Física na escola: para uma formação cultural da infância e da juventude. **Cadernos de Formação RBCE**, p. 25-42, set. 2009.



Mestrado  
Profissional Educação Física  
em Rede Nacional



# NU VESTIÁRIO



**PRODUTO EDUCACIONAL:  
PODCAST**

**Profº Arilson Bispo da Anunciação**

**Orientador: Profº Dr. César Pimentel Figueirêdo Primo**



**BOLSISTA  
CAPES**



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO SUDESTE DA BAHIA



A636 Anunciação, Arilson Bispo da.

Nu vestiário : produto educacional : podcast / Arilson Bispo da Anunciação ; orientador César Pimentel Figueirêdo Primo. – Jequié, BA, 2025.

17 p.

Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2025.

1. Podcasts. 2. Educação Física. 3. Futebol - Aspectos sociais - Brasil. 4. Discriminação nos esportes. 5. Racismo. I. Figueirêdo Primo, César Pimentel. II. Título.

CDD 302.23

Elaborada por Sandra Batista de Jesus CRB-5: BA-001914/O



## Sumário

- Apresentação | pág. 3
- Letramento Racial e Educação Antirracista | pág.6
- **Ep. #01** - Racismo Estrutural | pág. 7
- **Ep. #02** - Atletas de Futebol dão um “Carrinho” no Racismo | pág. 8
- **Ep. #03** - Arbitragem de Futebol: Cartão Vermelho no Racismo | pág. 9
- **Ep.#04** - Racismo na escola: Os Desafios na Educação Física | pág. 10
- Obras citadas pelos entrevistados nos episódios | pág. 11
- Sugestões para aprofundamento na temática ( Livros, Filmes e Textos) | pág. 13
- Referências | pág. 16



# Apresentação



É parte integrante e imprescindível do trabalho desenvolvido no âmbito do PROEF a elaboração de um Produto Educacional que dialogue com a pesquisa desenvolvida. Desta forma, a partir da pesquisa e do estudo emergiu a ideia de utilizar, como Produto Educacional, um podcast de vídeo. A pesquisa que

resultou no podcast está vinculada ao programa de Mestrado Profissional em Educação Física em rede Nacional, o PROEF, cursado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), polo Jequié/BA.

Os resultados da dissertação **Futebol, relações étnico-raciais e planejamento pedagógico na Educação Física nos anos finais do ensino fundamental, da rede municipal de Camaçari/BA**, nos revelou uma inquietante realidade da Educação Física baiana que compõe o, também inquietante, quadro nacional deste componente curricular da educação básica brasileira. A natureza dos estudos bibliográficos e da pesquisa de campo realizada, nos impulsionou a construir algo que, definitivamente, representasse a urgência do tema no atual debate educacional. A urgência do tema nos orientou a pensar numa linguagem mais contemporânea pensada a partir de uma modalidade dinâmica de comunicação.

Dessa forma, desenvolvemos o podcast **“NU Vestiário: desnudando o futebol”**, que entrevistou especialistas, professores, ex-atletas e árbitros para discutir sobre a temática do futebol e as implicações étnico-raciais no ambiente das aulas de educação física nos anos finais do ensino básico.



Em consonância com os objetivos do estudo, buscamos apresentar uma estratégia comunicativa que buscou dialogar com as metodologias de ensino dos educadores no chão da escola e, possibilitando discutir a questão do ser negro no contexto da educação física, especialmente, relacionado ao futebol, explorando em questões como identidade, cultura, reconhecimento, estereótipos, preconceitos e discriminações raciais.

Segundo Freire (2013, p. 42) “o podcast consiste em um modo de produção/disseminação livre de programas distribuídos sob demanda e focados na reprodução de oralidade, também podendo veicular músicas/sons”. Desse modo, o podcast se popularizou muito nos últimos anos, principalmente, entre os profissionais de educação nas escolas públicas e privadas de todo país, como um instrumento educacional, sobretudo, logo após o advento da pandemia do Covid 19, que atingiu o planeta em 2020 e condenou grande parte da população humana ao isolamento em suas casas por 3 anos.

Diante disso, a decisão de utilizar o podcast, como ferramenta pedagógica de difusão do conhecimento, se deu em virtude de ser uma mídia solidificada no imaginário popular, essencialmente por ser de fácil acesso, o que a torna democrática. Outro fator importante é a possibilidade de tratarmos de diversos assuntos e temas que podem ser desenvolvidos, discutidos e problematizados dentro e fora das salas de aula, oportunizando os professores a terem um material de referencia no sentido de estimulá-los no



trato das questões atinentes ao racismo, tão presentes em nossa sociedade e, como extensão dessa, na escola.

Não obstante, utilizamos diversos recursos para tornar a experiência dos ouvintes espectadores mais interessante, com música e trilha de fundo, vinhetas nas citações relevantes dos convidados para uma maior interação entre entrevistador, entrevistados e espectador. Na edição fizemos o tratamento do som e da iluminação, além disso, adicionamos transições, gráficos e efeitos visuais para manter o ritmo do conteúdo.

Do ponto de vista metodológico, foram realizados quatro episódios do podcast "NU Vestiário", em sistema de entrevistas semiestruturadas e focalizadas (GIL, 2002) na temática central da dissertação. Os(as) entrevistados(as) foram especialistas em futebol, professores de educação física da educação básica e superior, ex-jogadores e ex-árbitros de futebol que trouxeram suas vivências, experiências, tanto no campo pessoal, quanto no universo profissional.

*Vamos encarar esse jogo?*

Profº Arilson Bispo da Anunciaçã



# Letramento Racial e Educação Antirracista

Para a filósofa, escritora e ativista do movimento negro, Sueli Carneiro (2023), é notório o despreparo da escola para lidar com o racismo. Esse despreparo histórico é caracterizado pela falta de conteúdos, abordagens e estratégias que visem desconstruir formas de agir e pensar de cunho racistas que foram naturalizadas ao longo do tempo.

Com base nisso, “parece ser correto afirmar que parte significativa da população escolar, e mesmo do corpo docente no Brasil, encontra-se na ignorância [...] na construção da consciência racial como instrumento de luta política voltada para a emancipação coletiva” (CARNEIRO, 2023, p. 338-339).

Não obstante, “o racismo é um comportamento social aprendido, pois, as pessoas não nascem racistas, tornam-se racista á medida que se deparam com uma sociedade de herança escravocrata dominada pela narrativa e pelos privilégios da branquitude” (BENTO, 2022).

Logo, urge estimular e fomentar junto aos professores o letramento racial, através de um conjunto de procedimentos e estratégias que visem formar cidadãos críticos, conscientes, capazes de reconhecer e principalmente não reproduzir o racismo. Para tanto, os momentos formativos são imprescindíveis para a concretização do processo educativo transformador.

Sendo assim, os professores passam a dispor de ferramentas intelectuais para assumirem uma postura antirracista, influenciando de modo potente o ambiente escolar, em especial os estudantes.



# Ep. #01

## Racismo Estrutural



Profª Ma. Fabiana Moura



Prof. Dr. Jonatan Silva



Prof. Dr. Antonio Carlos

Esse é o nosso pontapé de partida. Com ele abrimos o debate de base sobre o tema. Contamos com a presença de três professores acadêmicos na temática racial, a professora Mestra Fabiana Moura, Doutoranda em Educação Científica pela UESB, e os Professores Doutores Antônio Carlos e Jonatan Silva, que abordam aspectos dos privilégios da branquitude, o racismo estrutural, os fundamentos que o sustenta e as maneiras explícitas e veladas que ele se manifesta em nossa sociedade, apresentando possibilidades de superação. Indicam como os docentes podem abordar a temática do racismo em sala de aula nas escolas, junto aos estudantes e toda comunidade escolar.



[Acesse nossa playlist completa!](#)

[https://www.youtube.com/playlist?list=PLkVKOVD\\_DGwCNUh7f5mHsJ6bj3ATdNA\\_X](https://www.youtube.com/playlist?list=PLkVKOVD_DGwCNUh7f5mHsJ6bj3ATdNA_X)



# Ep. #02

## Atletas de Futebol dão um "Carrinho" no Racismo



**João Marcelo e Zé Carlos**, dois ex-jogadores negros que foram campeões brasileiros de futebol, pelo time do Bahia em 1988, relatam sobre a chegada no clube ainda adolescentes, narrando como as questões raciais eram debatidas no clube naquela época e no decorrer da carreira de atleta profissional. Apresentaram suas percepções acerca dos atletas negros não ocuparem as funções de comando na estrutura do futebol brasileiro junto à argumentos em relação à participação ou não dos jogadores em oposição ao racismo dentro e fora de campo. Por fim, apresentaram sugestões a serem abordadas pelos professores nas escolas sobre como aproximar estas discussões, futebol/racismo, para crianças e adolescentes.



[Acesse nossa playlist completa!](https://www.youtube.com/playlist?list=PLkVKOVD_DGwCNUh7f5mHsJ6bj3ATdNA_X)  
[https://www.youtube.com/playlist?](https://www.youtube.com/playlist?list=PLkVKOVD_DGwCNUh7f5mHsJ6bj3ATdNA_X)  
[list=PLkVKOVD\\_DGwCNUh7f5m](https://www.youtube.com/playlist?list=PLkVKOVD_DGwCNUh7f5mHsJ6bj3ATdNA_X)  
[HsJ6bj3ATdNA\\_X](https://www.youtube.com/playlist?list=PLkVKOVD_DGwCNUh7f5mHsJ6bj3ATdNA_X)

# Ep. #03

## Arbitragem de Futebol: Cartão Vermelho no Racismo



Prof. Esp. Márcio Chagas



Prof. Esp. Ineildes  
Calheiro

Neste episódio, tivemos dois ex-árbitros de futebol da CBF e professores de Educação Física, Márcio Chagas e Ineildes Calheiro, debatendo aspectos de como o racismo perpassa a realidade precária dessa ocupação profissional, seja pelo número diminuto de árbitros e árbitras negros (a) que atuam no futebol nacional, seja na relação desigual que se constitui em campo entre árbitro negro x jogador branco, árbitro branco x jogador negro, com a seguinte contestação: o tratamento é equânime? Por fim, sugerem mudanças no currículo dos cursos de formação de arbitragem, com foco no racismo, e nas legislações esportivas da FIFA e CBF atinente ao agravamento das penas nos casos de cometimento de crime de racismo nos estádios de futebol.



[Acesse nossa playlist completa!](#)

[https://www.youtube.com/playlist?list=PLkVKOVD\\_DGwCNUh7f5mHsJ6bj3ATdNA\\_X](https://www.youtube.com/playlist?list=PLkVKOVD_DGwCNUh7f5mHsJ6bj3ATdNA_X)



# Ep. #04

## Racismo na Escola: Os Desafios na Educação Física

Prof. Me. Aloísio Oliveira



Profª. Esp. Rose  
Nubia

Encerrando nossa jornada, depositamos nosso olhar para a educação básica, pelas vias dos desafios na educação física. Entrevistamos dois professores de educação física, Profª. Esp. Rose Nubia e o Prof. Me. Aloísio Oliveira, que atuam em escolas públicas na educação básica. Apresentaram um diagnóstico em relação aos 20 anos da promulgação da lei 10.639/03, que trata da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, apontando avanços e retrocessos. Sinalizaram sobre a necessidade do fortalecimento da formação inicial dos professores e de uma formação continuada que abarque a temática de forma contundente. Apontaram também para as contribuições da educação física nessa questão e levantaram dúvidas acerca da efetividade da lei em decorrência da forma como estruturalmente a instituição escolar está alicerçada no país.



[Acesse nossa playlist completa!](https://www.youtube.com/playlist?list=PLkVKOVD_DGwCNUh7f5mHsJ_6bj3ATdNA_X)  
[https://www.youtube.com/playlist?](https://www.youtube.com/playlist?list=PLkVKOVD_DGwCNUh7f5mHsJ_6bj3ATdNA_X)  
[list=PLkVKOVD\\_DGwCNUh7f5mHsJ\\_](https://www.youtube.com/playlist?list=PLkVKOVD_DGwCNUh7f5mHsJ_6bj3ATdNA_X)  
[6bj3ATdNA\\_X](https://www.youtube.com/playlist?list=PLkVKOVD_DGwCNUh7f5mHsJ_6bj3ATdNA_X)



# Obras citadas pelos entrevistados nos episódios

- 1. A Discriminação do Negro no Livro Didático**  
**Autora: Ana Célia da Silva**
- 2. Ausência de treinadores negros e o racismo à brasileira**  
**Observatório da Discriminação Racial no Futebol**  
**[www.observatorioracialfutebol.com.br](http://www.observatorioracialfutebol.com.br)**
- 3. Coach Carter: Treino Para a Vida**  
**Filme (Netflix)**
- 4. Como ser um Educador Antirracista**  
**Autora: Bárbara Carine**
- 5. Dissertação de Mestrado – Mulheres árbitras de futebol: um estudo sobre tecnologias de gênero e perspectivas da divisão sexual do trabalho**  
**Autora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ineildes Calheiro dos Santos**
- 6. Dispositivo de Racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser**  
**Autora: Sueli Carneiro**
- 7. “É Fragrante Forjado Dôtor vossa Excelência”**  
**Autora: Carla Akotirene**
- 8. Em Estado de Poesia**  
**Autora: Fabiana Moura**
- 9. Estética afirmativa: corpo negro e educação física**  
**Autora: Ivanilde de Mattos**



**10. História oral de vida dos negros no futebol brasileiro: além dos gramados**

**Autor: Marcel Diego Tonini**

**11. Interseccionalidade**

**Autora: Carla Akotirene**

**12. Lugar de Fala**

**Autora: Djamila Ribeiro**

**13. Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**

**Autora; Nilma Lino Gomes**

**14. O Negro no Futebol Brasileiro**

**Autor: Mario Filho**

**15. O Pacto da Branquitude**

**Autora: Cida Bento**

**16. Pesquisa – “Percepções sobre o Racismo no Brasil”**

**Idealização: Instituto de Referência Negra Peregum e Projeto SETA**

**17. Racismo Estrutural**

**Autor: Silvio Almeida**

**18. Racismo Recreativo**

**Autor: Adilson Moreira**



# **Sugestões para aprofundamento na temática (Livros, Filmes e Textos)**

- 1. A Negra no Futebol Brasileiro (Especial FvH)**
- 2. Documentário Preto contra Branco (Wagner Morales, 2005)**
- 3. O Negro no Futebol (Série HBO)**
- 4. Documentário “RAÇA” (2012)**
- 5. Sueli Carneiro: de que barro somos feitos para permitir a situação dos negros deste país? (TV Senado/YouTube)**
- 6. Pele Negras, Máscaras Brancas  
Autor: Frantz Fanon**
- 7. Tornar-se Negro  
Autora: Neusa Santos Souza**
- 8. Como o Racismo criou o Brasil  
Autor: Jessé Souza**
- 9. Pequeno Manual Antirracista  
Autora: Djamila Ribeiro**
- 10. Pugnas Renhidas: Futebol, Cultura e Sociedade em Salvador (1901 – 1924)  
Autor: Henrique Sena dos Santos**
- 11. Era crime você ficar na rua e ser preto  
([www.bahianoticias.com.br](http://www.bahianoticias.com.br))**
- 12. Pioneiro em incluir negros em sua formação, Ypiranga completa 115 anos ( [www.atarde.com.br](http://www.atarde.com.br))**



**13. Pretos, não te enganes, no esporte nenhum branco lutou por ti (<https://ludopedio.org.br>)**

**14. Dia da consciência negra relembrem atletas que ajudaram na luta antirracista ([www.lance.com.br](http://www.lance.com.br))**

**15. Discípulos de Barbosa falam de estigma sobre goleiro negro, racismo e também exaltam o velho camisa 1: “abriu as portas” ([www.espn.com.br](http://www.espn.com.br))**

**16. Olha que triste o que aconteceu com o goleiro Aranha depois que foi vítima de Racismo no futebol (FUTFLIX/YouTube)**

**17. Estudo mostra que Vini Jr. e Paulinho são os maiores alvos de racismo nas redes ([www.correiobrasiliense.com.br/esportes](http://www.correiobrasiliense.com.br/esportes))**

**18. MACUMBEIRO, SIM: Paulinho rompe estereótipo e expõe preconceito no futebol ([www.uol.com.br](http://www.uol.com.br))**

**19. Entre negros e brancos: Considerações sobre a formação da cultura futebolística em Salvador ([www.observatorioracialfutebol.com.br](http://www.observatorioracialfutebol.com.br))**

**20. Em 62 edições de brasileirão, Hugo é apenas o 13º goleiro negro campeão como titular ([ge.globo.com](http://ge.globo.com))**

**21. Drible Negro: como elementos da cultura afro-brasileira foram inseridos no futebol contra o racismo ([ge.globo.com](http://ge.globo.com))**



**22. O genocídio do negro brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**

**Autor: Abdias Nascimento**

**23. O negro por ele mesmo: ensaios, entrevistas e prosa**

**Autora: Beatriz Nascimento**

**24. Uma história feitas por mãos negras**

**Autora: Beatriz Nascimento**

**25. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**

**Autora: Sueli Carneiro**

**26. Por um feminismo afro-latino-americano**

**Autora: Lélia Gonzalez**

**27. O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional**

**Autor: Muniz Sodré**

**28. Os Condenados da Terra**

**Autor: Frantz Fanon**

**29. Filme: Medida Provisória (2020)**

**30. Filme: Infiltrado na Klan (2018)**

**31. Filme: Clonaram Tyrone (2023)**

**32. The English Game (2020)**

**(série/Netflix)**



## Referências

**BENTO**, Cida. O pacto da branquitude. 1ª ed. Companhia das letras, 2022.

**CARNEIRO**, Sueli. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

**FREIRE**, Eugênio Paccelli Aguiar. Conceito educativo de podcast: um olhar para além do foco técnico. Educ. Form. Tecnol., Monte da Caparica , v. 06, n. 01, p. 35-51, jun. 2013 . Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1646-933X2013000100004&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-933X2013000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 10 dez. 2024. 2013, p.3.

**GIL**, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2002

